

1

Igreja solidária numa situação de crise na América Latina: de Medellín a Puebla

Introdução

A Igreja recebeu a missão de anunciar a Boa Nova de Jesus Cristo aos povos a partir de sua realidade histórica. Os discípulos de Cristo foram chamados a dar um testemunho de amor e solidariedade em sua missão evangelizadora.

Na AL, a evangelização ocorreu de maneira ambígua, entre luzes e sombras. Nem sempre a Igreja respeitou a cultura e a religião dos povos autóctones. Muitas vezes se calou diante das injustiças cometidas contra os indefesos.

Por outro lado, constata-se a solidariedade de muitos cristãos que neste continente chegaram ao ponto de dar a própria vida na luta pela justiça, pela promoção da dignidade humana e libertação dos marginalizados.

Quando o papa João Paulo II pisou pela primeira vez no continente latino-americano, reconheceu com gratidão “aqueles religiosos que vieram anunciar Cristo Salvador, defender a dignidade dos indígenas, proclamar seus direitos invioláveis, favorecer sua promoção integral, ensinar a fraternidade que teriam que viver como homens e filhos de um mesmo Deus que é Senhor e Pai”¹.

O Concílio Vaticano II trouxe um novo alento e ardor missionário aos cristãos da AL. A Igreja, movida por um novo dinamismo evangelizador, foi tomando consciência da situação e solidariamente colocando-se a serviço dos povos sofridos deste continente a partir de suas necessidades e esperanças.

É sobretudo a partir da Conferência do Episcopado latino-americano em Medellín, 1968, que a Igreja Católica vai tomando consciência mais clara de sua missão e abrindo-se, inclusive, ao diálogo com outras denominações cristãs, religiões e culturas. Perscrutando os “sinais dos tempos”, a Igreja se dispôs generosamente a evangelizar, contribuindo para a construção de uma nova sociedade, mais justa e fraterna, colocando-se solidariamente ao lado das grandes maiorias marginalizadas por um sistema econômico e político explorador e dominador. Assim, a mensagem de salvação é levada a todos, “preferencialmente aos mais pobres e esquecidos”².

¹ João Paulo II, “Homilia Sto. Domingo”, *Acta Apostolicae Sedis*, LXXI, p. 154 (25/09/1979), In: *Puebla: A evangelização no presente e no futuro da América Latina* (texto oficial da CNBB), ed. 4, Petrópolis, Vozes, 1982, p. 64.

² *Ibidem.*, n. 12, p. 66.

1.1

Situação sócio-econômica e político-cultural da AL

A realidade latino-americana foi marcada no período entre Medellín e Puebla por uma situação de subdesenvolvimento que afetou profundamente a dignidade humana.

A insegurança e as privações amargaram a vida cotidiana e perturbaram a paz de amplos setores da população que não tinham como satisfazer suas necessidades básicas, vivendo na pobreza, marginalizados dos bens e dos serviços sociais. Os trabalhadores do campo viviam como párias, na miséria e na ignorância, numa situação angustiante e opressora.

A fome aumentava com o encarecimento dos alimentos e o congelamento dos salários. A desnutrição afetava o desenvolvimento físico e mental das crianças.

Os serviços públicos não chegavam com eficiência no campo nem nas periferias urbanas. Nas repartições públicas os pobres eram submetidos a um tratamento desumano devido a formalidades burocráticas. O índice de mortalidade infantil crescia nos países latino-americanos.

Em seguida podemos observar a situação do povo latino-americano nos diversos setores da vida atingidos por esta crise.

1.1.1

Crise familiar

A família latino-americana sofreu a influência da passagem do mundo rural de tipo patriarcal para o mundo urbano onde o sustento da casa não fica apenas sob a responsabilidade do chefe de família. O desenvolvimento econômico trouxe riquezas abundantes para algumas famílias, insegurança para outras e miséria para a grande maioria³.

Na ordem econômica, havia desproporção dos salários, sérios problemas de moradia, má distribuição dos bens como alimentação e vestuário. A tudo isso pode ser acrescentado a falta de acesso à saúde e à educação bem como a impossibilidade do descanso e do lazer. Este quadro dificultava aos jovens de constituir dignamente uma família provocando assim a deterioração da mesma⁴.

Os problemas decorrentes do fenômeno acima são a miséria e a ignorância que impediam muitas vezes a constituição normal da família, havendo em

³ Cf. Medellín, *Família*, n. 2.

⁴ Cf. *Ibidem*, n. 3.

conseqüência uma alta porcentagem de uniões ocasionais e de nascimentos ilegítimos. Nas famílias constituídas, as desumanas condições de vida e de trabalho permitiam apenas a comunicação entre os esposos e a socialização e personalização dos filhos. A tudo isso deve-se acrescentar a condição servil da mulher, explorada sexual e domesticamente pelo homem. Quando o marido abandona o lar, a mulher se vê obrigada a assumir todas as responsabilidades, dificultando mais ainda a convivência e sobrevivência dos filhos. Aparece e cresce o fenômeno da mulher como chefe de família.

Numa sociedade marcada pelo androcentrismo, o homem é educado para mandar, para dominar. Consequentemente, a família latino-americana tem sofrido fortemente o impacto do patriarcalismo, sistema fortemente hierárquico, que se infiltrou nas relações de esposo-esposa, professor-aluno, patrão-operário etc. Passaram-se quase 500 anos de evangelização na AL e somente a partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e posteriormente com as diversas declarações dos direitos da mulher, é que se começou a buscar uma igualdade de direitos.

Entre os fatores que contribuíram para a desintegração da família na AL estão a introdução do divórcio na legislação de alguns países, o abandono do lar, quase sempre por parte do pai, e as desordens sexuais nascidas de uma falsa noção de masculinidade⁵.

Este quadro mostra a necessidade de uma reconciliação no interior da família fundamentada na lei do amor conjugal que é “comunhão e participação”, não dominação⁶.

No entanto, a cultura de dominação representada pelo machismo tem prevalecido no continente latino-americano. A “unidade” da família tem sido vista sob esta perspectiva. Tal cultura prioriza a procriação como objetivo absoluto do matrimônio, esquecendo a dimensão humana do afeto, do amor e da integridade matrimonial e familiar.

Em suma, pode-se dizer que os problemas sócio-econômicos e político-culturais da AL afetaram profundamente a família, impedindo sua plena realização.

⁵ Cf. *Ibidem*, n. 3.

⁶ Cf. Puebla, n. 582.

1.1.2

Educação alienante e conformista

A situação de pobreza e de miséria das grandes maiorias do povo latino-americano estava correlacionada com os processos educativos. Era nos setores mais pobres que se encontravam as maiores taxas de analfabetismo e deserção escolar e conseqüentemente as menores possibilidades de se conseguir emprego⁷. Surgiu o problema da incapacidade do sistema educativo e social absorver a grande demanda. Este fato deixou frustrados milhares de jovens, porque muitos não conseguiam entrar nas universidades por falta de recursos e os que completavam os estudos não encontravam emprego⁸.

Em todo o continente latino-americano, persistia uma elevada porcentagem de analfabetismo e deserção escolar. Havia falta de escolas e de professores qualificados. O acesso à cultura ficou fechado para os setores da população carente. A população culturalmente alienada não podia afirmar-se como povo, como sujeito de sua própria história e destino. A educação recebida pela elite era de caráter alienante. O ensino (primário, médio e universitário) era uniforme e inadequado à realidade social. Transmitia-se ou era imposta uma cultura acadêmica, abstrata e formalista, que não correspondia à mentalidade e às possibilidades do meio popular. Não incorporava a força criativa da juventude. Justamente por isso, o sistema educativo era conformista, pois não desenvolvia a consciência crítica e criadora. Limitava-se a informar e treinar afim de integrar o educando no sistema como elemento de produção. A educação de adultos não passava de mera alfabetização.

Na conferência de Medellín, a Igreja criticou os métodos de ensino por estarem mais preocupados com a transmissão de conhecimentos do que com a criação de um espírito crítico. Tais sistemas educativos estavam orientados mais para a manutenção das estruturas sociais e econômicas imperantes do que para uma transformação⁹.

Do ponto de vista social, os sistemas educativos estavam mais preocupados em manter as estruturas econômicas vigentes do que com sua transformação. Tratava-se de uma educação uniforme e passiva, quando a AL despertava para a

⁷ Cf. *Ibidem*, n. 1014.

⁸ Cf. *Ibidem*, n. 1051.

⁹ Cf. Medellín, *Educação*, n. 4.

riqueza do pluralismo cultural. De maneira geral, a educação promovia o espírito individualista e competitivo, estimulando a procura de *status*¹⁰.

A multidão de analfabetos, marginalizados da cultura e escravos da ignorância, deveriam ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus complexos de inferioridade e inibições, de seus fanatismos e de sua tendência fatalista e, enfim, de sua desconfiança e passividade em relação às possibilidades de mudança¹¹.

Com relação à instituição escolar católica, havia questionamento porque favorecia o elitismo e a mentalidade classista, devido também aos escassos resultados na educação da fé e das mudanças sociais. Por causa disso, muitos religiosos foram levados a abandonar o campo da educação e a entrar diretamente em outra ação pastoral¹².

O fato é que, embora essas escolas tenham exercido seu múnus educativo com certa liberdade e independência, sofreram a manipulação e instrumentalização das classes elitistas e atuaram de acordo com seus interesses ou projetos político-econômicos.

1.1.3

Meios de comunicação social: aspectos positivos e negativos

Os meios de comunicação social podem massificar o homem ou favorecer sua personalização. Ao contrário da cultura tradicional, estes se encontram ao alcance de todos. Aproximam as pessoas e os povos tornando-os mais próximos e solidários. Esta é uma das grandes conquistas da modernidade.

Nas conferências de Medellín e de Puebla foram realçados aspectos positivos e negativos dos MCS. Entre os positivos, encontram-se sua contribuição para despertar as grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformação radicais¹³. Na Conferência de Puebla os MCS são vistos como fatores de comunhão e integração da AL bem como para a expansão e democratização da cultura¹⁴.

Entre os aspectos negativos, verificou-se em Medellín que “muitos destes meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos, nacionais e estrangeiros,

¹⁰ Cf. *Ibidem*, n. 4 e 6.

¹¹ Cf. *Ibidem*, n. 3.

¹² Cf. Puebla, n. 1019.

¹³ Cf. Medellín, *Meios de Comunicação Social*, n. 1 e João XXIII, *Mater et Magistra*, n. 59.

¹⁴ Cf. Puebla, n. 1068, 1069.

interessados em manter seu *status quo* social”¹⁵. Puebla denuncia o controle e a manipulação ideológica dos poderes políticos e econômicos que através desses meios mantêm seu *status quo*, criando com isso uma ordem de dependência-dominância. A exploração dos sentimentos, da violência e do sexo com objetivos consumistas também foram denunciados por constituírem uma flagrante violação dos direitos individuais¹⁶.

Em decorrência destes últimos dados, os MCS têm exercido uma influência deformadora e alienante, especialmente sobre a juventude e a família. Alienante por ocultar a situação real, impondo os “valores” da civilização do consumo: conforto, poder e o prestígio do dinheiro e da ascensão individualista.

Os MCS deveriam ser responsáveis pela divulgação dos valores da civilização moderna, gerando uma cultura de massas que aumentasse o desejo de mudança. Deveriam ajudar aos trabalhadores, do campo e da cidade, a tomar consciência de sua situação e a de sentir-se solidários. Porém foram utilizados para os interesses dos opressores como instrumento de dominação ideológica das consciências e da expansão do consumismo. Eram orientados tendenciosamente e sua influência resultava muitas vezes alienante¹⁷.

A maioria, especialmente dos camponeses, não estava capacitada a um juízo crítico frente a estes meios, aceitando tudo como se fosse a verdade. Por outro lado, estes aceleravam o crescimento de expectativas e de frustrações nas maiorias pobres. Nos setores de classe média, as aspirações cresciam também de forma mais rápida que as possibilidades, aumentando com isso a insegurança. Através da propaganda, o sistema gerava cada vez mais aspirações sempre novas e ao mesmo tempo mantinha estruturas incapazes de satisfazer estas aspirações¹⁸.

Na AL, no entanto, a Igreja percebeu a importância dos MCS para a evangelização e formação da consciência crítica do povo, mas reconhece que houve pouco aproveitamento destes meios na pastoral por não existir uma verdadeira preocupação. Seria necessário dar prioridade e investir na formação de agentes de comunicação social¹⁹.

¹⁵ Cf. Medellín, *Meios de ...*, n. 2.

¹⁶ Cf. Puebla, n. 1068, 1069.

¹⁷ Cf. Medellín, *Meios de Comunicação Social*, n. 1 e 2; *Justiça*, 1 e 11; *Paz*, 4.

¹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁹ Cf. Puebla, n. 1074, 1076, 1081, 1085, 1086.

Os meios de comunicação social têm exercido grande influência para a formação ou deformação da família, veiculando novas diretrizes e modelos culturais²⁰. Puebla lembra ainda que a Igreja latino-americana deveria dar mais importância à comunicação social, ter seus próprios veículos de comunicação para poder defender os valores evangélico-cristãos e ser a voz dos pobres que são excluídos do mundo da comunicação social²¹.

1.1.4

Alienação do trabalhador do campo e da cidade

A Conferência de Medellín via o sistema capitalista e o sistema marxista como atentados contra a dignidade humana. O primeiro, por dar prioridade ao capital e estar em função do lucro; o segundo, por concentrar o poder totalitário no Estado. A AL permanece dependente dos centros de poder externos que canalizam sua economia²².

Muitos trabalhadores, embora conscientes da necessidade de transformação, viviam numa situação de dependência diante de sistemas e instituições econômicas desumanas, chegando inclusive à escravidão física, profissional, cultural, cívica e espiritual²³.

A falta de conscientização e a dependência dos trabalhadores do campo levavam ao seguinte quadro: impossibilidade de tomar iniciativa e de se criar responsabilidade e, conseqüentemente, a não existência de organizações populares. E quando estas existiam, eram instrumentalizadas politicamente. O mesmo ocorria com os operários e marginalizados urbanos que, por falta de conscientização, têm suas organizações sindicais ou de bairros dificultadas quando não reprimidas ou utilizadas como instrumentos de dominação²⁴. Muitas vezes as “organizações populares”, tanto urbanas quanto rurais, eram armadas e manejadas de cima para baixo pelos politíqueiros²⁵.

Também o trabalho realizado em condições desumanas, em regime de escravidão, impossibilitava o exercício da iniciativa e da responsabilidade. O trabalhador recebia um tratamento desumano. Especialmente o camponês

²⁰ Cf. *Ibidem*, n. 419, 573, 908, 1018.

²¹ Cf. *Ibidem*, n. 158, 1092, 1093.

²² Cf. Medellín, *Justiça*, n. 10.

²³ Cf. *Ibidem*, n. 11.

²⁴ Para maiores detalhes sobre a questão de dependência, cf. G. GUTIÉRREZ, *Teologia da libertação*, ed. 5, Petrópolis, Vozes, 1985, p. 78-83.

²⁵ Cf. R. MUÑOZ, *Nova Consciência da Igreja na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 24-25.

humilde, o negro e o indígena, considerados inferiores. Os salários eram insuficientes para levar uma vida humanamente digna. Na organização do trabalho, não se reconhecia nem se desenvolvia a capacidade criadora. Não havia participação na empresa, nem sequer estabilidade no emprego, mas sim dependência despersonalizante que, no campo, costumava ser revestida com características do regime feudal. Aos trabalhadores, nestas condições, só restava vender a sua força de trabalho como mercadoria e trabalhar como “máquinas de produção” ou “burros de carga”.

Tudo isso foi desenvolvendo no trabalhador um complexo de inferioridade, um sentimento de insegurança e de frustração. Nestas condições o trabalho virou servidão. O pior é que este quadro o levava a buscar para si mesmo ou para seus filhos um sistema de promoção individualista (“operário padrão”) que o arrancava da classe trabalhadora. O resultado desta situação foi a opressão das liberdades e dos direitos dos trabalhadores, impedindo assim sua realização como seres humanos.

Na Conferência de Puebla, a Igreja percebeu duas tendências que, desde Medellín, desafiavam sua ação pastoral: “Por um lado, a tendência à modernização, com forte crescimento econômico, urbanização crescente do Continente, tecnificação das estruturas econômicas, políticas, militares, etc. Por outro, a tendência à pauperização e crescente exclusão das grandes majorias latino-americanas da vida produtiva...”²⁶.

Este quadro aponta para o problema da alienação do processo produtivo, por parte de milhares de trabalhadores do campo e da cidade, tendo como conseqüências imediatas o subemprego, o desemprego e o que é pior, a exclusão completa do mercado do trabalho.

Assim sendo, os camponeses viviam relegados, “sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio que os enganam e os exploram”²⁷. E os operários, mal remunerados, tinham dificuldades de se organizar e defender os seus legítimos direitos. Os subempregados e desempregados viviam em constante insegurança por falta de estabilidade, submetidos a frios cálculos econômicos²⁸.

²⁶ Puebla, n. 1207.

²⁷ Ibidem, n. 35.

²⁸ Cf. Ibidem, n. 36-37.

Em conseqüência, percebia-se o abismo crescente entre ricos e pobres, onde o luxo de uns poucos convertia-se em insulto contra a miséria das grandes maiorias. A Conferência de Puebla identifica a situação de pobreza desumana em que viviam milhões de latino-americanos como o mais devastador e humilhante flagelo, expresso na mortalidade infantil, na falta de moradia adequada, nos problemas de saúde, nos salários de fome, no desemprego, no subemprego, na instabilidade no trabalho, nas migrações maciças, forçadas e sem proteção. Puebla vê esta situação como produto das estruturas econômicas, sociais e políticas, entre outras causas²⁹.

É neste sentido que a Igreja da AL tem se mostrado solidária no mundo do trabalho, defendendo a causa dos trabalhadores explorados pelo sistema capitalista³⁰.

O rápido crescimento demográfico, a mecanização das terras no campo e a modernização da indústria na cidade fizeram aumentar aceleradamente o problema do desemprego e em conseqüência a miséria. Este fenômeno era notório nas periferias das cidades, para onde se deslocava a população rural.

A industrialização, limitada em sua expansão pelo consumo restrito às classes acomodadas, só conseguia produzir com altos custos, diminuindo assim seu ritmo de crescimento e agravando em muitas regiões o desemprego e conseqüentemente a miséria e a necessidade de emigrar. No campo, o aumento da população e, em algumas regiões, a incipiente mecanização, acentuavam a falta de trabalho ou de um salário estável, obrigando especialmente a juventude ao êxodo rural. O êxodo e o desenraizamento dificultavam a constituição da família ou desagregavam as famílias constituídas. Para conseguir trabalho, os trabalhadores deviam aceitar muitas vezes qualquer salário ou condição de trabalho. Além do desemprego visível, havia também o emprego “disfarçado”, o dos que tendo algum trabalho para poder sobreviver, permaneciam como setor improdutivo da sociedade. Este problema afetava particularmente as populações urbanas marginalizadas que viviam sem emprego estável em absoluta insegurança³¹.

²⁹ Cf. *Ibidem*, n. 28-30.

³⁰ Cf. A. G. RUBIO, *Unidade na pluralidade – O ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*, ed. 2, São Paulo, Paulinas, 1989, p. 352-353.

³¹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 25-26.

1.1.5

Marginalização sócio-econômica das grandes maiorias

As grandes maiorias das populações latino-americanas do campo e da cidade viviam marginalizadas da sociedade. Não participavam dos bens produzidos (economia) nem das decisões comuns (política). Estes marginalizados eram em sua maioria emigrantes rurais que, por falta de reformas estruturais na agricultura ou por falta de uma política agrícola adaptada à sua realidade, somando-se aos graves problemas sociais e econômicos, não conseguiam o acesso à terra e aos meios que possibilitavam a melhoria da produtividade e da comercialização. Estes sofriam o problema do desenraizamento, perdendo assim os valores positivos da vida do campo na complexidade da civilização urbana. Sofriam ainda a falta de preparo e adaptação diante do impacto das estruturas socioculturais dos grandes centros industriais antagônicas às estruturas do campo. Como não podiam ou não sabiam se organizar nem expressar sua opinião, o acesso às decisões políticas estava fechado a eles³².

A situação de dependência e de impotência destes marginalizados os levava a sentir que as instituições existentes não poderiam estar a serviço deles. Passivos ante o progresso, tinham pouca consciência de pertencer a uma classe oprimida, mas crescia neles uma agressividade latente. Estávamos, pois, diante de uma das origens da violência que vem crescendo em toda a AL nestes últimos trinta anos³³. Como cristãos, deveríamos saber que esta situação está em contradição com o espírito do Evangelho e do ensinamento da Igreja³⁴.

1.1.6

Marginalização política e repressão do Estado

As grandes massas permaneciam marginalizadas politicamente e a democracia não passava de uma simples fachada. As autoridades e os partidos políticos tradicionais não representavam as massas populares nem o bem comum, mas sim as oligarquias políticas, empresariais, militares ou sindicais, privilegiando os interesses de pequenos grupos da elite. Praticava-se uma “política de clientela”. Não havia grupos intermediários que tornassem possível a participação popular.

³² Cf. *Ibidem*, p. 26.

³³ Cf. E. DUSSEL, *De Medellín a Puebla – uma década de sangue e esperança*, Vol. III: *Em torno de Puebla 1977–1979*, São Paulo, Loyola, 1983, p. 681.

³⁴ Cf. *Ibidem*, Vol. II, p. 383.

Os governos costumavam desenvolver programas “promocionais”, impostos de forma paternalista, manterem a “ordem” por meio da repressão e do terror militar e político. Todos os fatores configuravam uma situação política instável e artificial, sob o signo da insegurança. Em alguns países da AL, as ditaduras militares suprimiam os direitos de cidadão, os partidos políticos e a liberdade de imprensa. Perseguiam aos intelectuais e aos dirigentes que pretendessem ajudar na conscientização e promoção do povo. Detinham ilimitadamente as pessoas por uma simples suspeita, forjavam processos pré-fabricados, torturavam e assassinavam. Tudo isso acontecia por medo da tomada de consciência do povo³⁵.

As ideologias da Segurança Nacional contribuía para fortalecer o caráter totalitário ou autoritário dos regimes de força, alimentando o abuso do poder e a violação dos direitos humanos. Estas, vinculadas a um determinado modelo econômico-político, de características elitistas, suprimiam a participação ampla do povo nas decisões políticas³⁶. A Doutrina de Segurança Nacional impunha a tutela do povo por elites de poder, militares e políticas, conduzindo a uma acentuada desigualdade de participação nos resultados do desenvolvimento³⁷.

Os governos não queriam entender os problemas sócio-econômicos das grandes maiorias, as condições de vida dos trabalhadores. Não se preocupavam se a produção estava ou não respondendo às necessidades das maiorias. Não protegiam os direitos nem a liberdade dos pobres, dos desvalidos. Esqueciam o direito que o povo tem ao trabalho e à liberdade de organização. De maneira geral, a administração judicial nos países latino-americanos era deficiente. Havia privilégios e sérias irregularidades. Os trabalhadores, os pobres, eram obrigados a longas esperas e tramitações burocráticas. Operários, camponeses e indígenas eram arbitrariamente presos. Os processos eram lentos e os cárceres, desumanos³⁸.

1.1.7

Alienação e passividade

A situação descrita acima só foi possível devido à passividade do povo, que vivia culturalmente alienado em diversas “subculturas da pobreza”. Acostumado à indolência, à lentidão, à falta de ocupação, de disciplina e de previsão, este povo

³⁵ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 26-27.

³⁶ Cf. E. DUSSEL, op.cit., Vol. III, p. 682.

³⁷ Cf. Puebla, n. 49, 547, 549.

³⁸ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 27.

se encontrava, por um lado, amarrado a rotinas ancestrais e, por outro, incapaz para adotar modelos culturalmente estranhos.

Muitas vezes, por necessidade, costumava evadir-se no alcoolismo ou ainda na pseudo-realização da “valentia” ou do “machismo”. Sua resignação passiva diante da própria miséria (e da miséria dos demais) e seu conformismo costumavam ser alimentados por uma religiosidade de tipo “cósmico”, de caráter alienante, cheia de superstições fatalistas e de um medo ancestral. Prevalencia entre o povo a imagem de um Deus paternalista, que tem solução para tudo, ou a de um Deus arbitrário e vingador (castigador), quando não solucionava os problemas. Muitas vezes se pretendia solucionar ou explicar tudo a partir do “esperar em Deus” ou do “castigo de Deus”. Era corrente a imagem de um Cristo sofredor e a identificação com ele³⁹.

Entre os aspectos negativos da religiosidade popular, Puebla destaca a origem ancestral da superstição, da magia, do fatalismo, da idolatria do poder, do fetichismo e do ritualismo; a deformação da catequese que dá origem ao arcaísmo estático, a falta de informação e ignorância, a reinterpretação sincretista, o reducionismo da fé a um mero contrato na relação com Deus; e, finalmente, as ameaças do secularismo, difundido pelos meios de comunicação social, do consumismo, das seitas, das religiões orientais e gnósticas, das manipulações ideológicas, econômicas e políticas, dos messianismos políticos secularizados e da perda de suas raízes e da proletarização urbana em consequência das transformações culturais⁴⁰.

Consequentemente, os trabalhadores encontravam-se dominados por um sentimento de insegurança a respeito de seu próprio valor moral e religioso. Sentiam-se pecadores e isolados diante de um Deus que castiga e oprime. Buscavam no culto e nas devoções populares um Deus que elimina um passado de fracasso e de pecado, mas que não convida a um futuro criador. O povo ou vivia sem esperança ou a esperança era a única coisa de humanidade que ainda lhe restava⁴¹.

1.1.8 Juventude em crise

³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 27-28.

⁴⁰ Cf. Puebla, n. 456.

⁴¹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 28.

A juventude vivia uma época de crises e mudanças na AL, causadas por conflitos entre várias gerações⁴². Estas crises e conflitos de gerações produziam nos jovens a libertação de muitos tabus e, ao mesmo tempo, a negação de importantes valores ancestrais.

A maioria dos jovens latino-americanos entre 14 e 25 anos não podia viver sua juventude, obrigada a trabalhar precocemente, ou via-se oprimida por um sistema educacional alienante, ou ainda marginalizada pela falta de oportunidades de ingressar no mundo da educação ou do trabalho. Ao lado de jovens que podiam ter um desenvolvimento normal por sua condição econômica estável, havia muitos jovens indígenas, camponeses, mineiros, operários e pescadores que, por sua pobreza, obrigavam-se a trabalhar como adultos. Ao lado de jovens que viviam folgadoamente, havia jovens estudantes de periferias, vivendo em total insegurança em relação ao futuro⁴³.

A juventude camponesa, mestiça, negra e indígena se via prostrada e sem horizontes, sem saber nem poder se expressar. Muitas vezes, era obrigada a emigrar para a cidade em busca de trabalho. Os jovens que vinham da roça eram normalmente inconstantes, inseguros e conformistas⁴⁴.

A juventude burguesa costumava prender-se com demasiada facilidade aos “valores” da sociedade consumista, deixando-se levar pelo indiferentismo religioso.

Os setores mais conscientes da juventude, geralmente universitários, rejeitavam a sociedade de consumo, vendo-a como causa da massificação e desumanização do homem. Sensíveis aos problemas sociais, reclamavam mudanças profundas e rápidas para o estabelecimento de uma ordem social mais justa. Muitos destes jovens cristãos se destacaram como dirigentes de partidos políticos de inspiração social-cristã⁴⁵. Seu idealismo excessivo os levava muitas vezes a cair num radicalismo extremista, negando até as instituições que poderiam colaborar na sua luta por uma sociedade mais justa⁴⁶. Em consequência, sofriam repressão por causa de seu protesto e de suas organizações⁴⁷.

⁴² Cf. *Populorum Progressio*, n. 10.

⁴³ Cf. Puebla, n. 1176.

⁴⁴ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 28.

⁴⁵ Cf. G. GUTIÉRREZ, op.cit., p. 90-91.

⁴⁶ Para maior detalhamento dos conflitos de gerações e das aspirações da juventude, cf.: Medellín, *Juventude*, n. 1-9.

⁴⁷ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 28.

1.1.9

O Neocolonialismo

Um dos fenômenos denunciados pelos documentos de grupos cristãos latino-americanos era a distância crescente entre países ricos e pobres. Os países latino-americanos se tornaram proletários no mundo, enquanto os desenvolvidos, com 25% da população mundial, possuíam 75% das riquezas⁴⁸. Este abismo entre riqueza e pobreza gerou uma relação de dependência econômica, política e cultural das grandes metrópoles industriais exploradoras de nosso continente⁴⁹. No fenômeno do neocolonialismo, os países latino-americanos “não são donos de seus bens e de suas decisões econômicas”⁵⁰.

A história da AL apresenta uma sucessão de diversas formas de colonialismo e com diversos centros: primeiro, da Espanha e Portugal, e, mais recentemente, da Inglaterra e Estados Unidos. Ao desenvolvimento da metrópole correspondia o subdesenvolvimento das “colônias”. A independência política conquistada no início do século XIX não trouxe a independência econômica. Rompeu-se a dependência em relação à metrópole ibérica, mas não se conseguiu uma autonomia em relação ao sistema capitalista internacional⁵¹. Na época da independência, apesar de todos os fatores comuns e do desejo das principais lideranças, interesses neocolonialistas impediram na AL a construção de uma pátria comum⁵².

1.1.10

Subdesenvolvimento

Entre as causas do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, costumava-se atribuir um papel determinante ao rápido crescimento demográfico. Este fato apontava para a necessidade de se promover a paternidade responsável. Mas o problema demográfico tornava-se cada vez mais crítico, não pela falta de espaço ou de recursos naturais, mas sim pelas condições sócio-econômicas e culturais excessivamente baixas e pelas estruturas sociais injustas. A maioria dos países latino-americanos, ao contrário, necessitava de crescimento demográfico inclusive como fator de desenvolvimento⁵³.

⁴⁸ Cf. E. DUSSEL, op.cit., Vol. III, p. 681.

⁴⁹ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 44.

⁵⁰ Medellín, *Paz*, n. 8.

⁵¹ Cf. G. GUTIÉRREZ, op.cit., p. 83-88.

⁵² Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 44.

⁵³ Cf. Medellín, *Família e Demografia*, n. 8.

Não pode ficar esquecido, porém o fato do crescimento desordenado das cidades o qual tem tornado cada dia mais difícil a vida dos marginalizados nas áreas social, cultural e econômica. A falta de alimentos, de moradia, de hospitais e de escolas para a população carente aumentava a angústia dos pobres⁵⁴.

Para o capitalismo, ao contrário, o aumento da população aparecia como sinal negativo. Este fenômeno era focado unicamente através do critério político-econômico, esquecendo os aspectos sociais, culturais, psicológicos e ético-religiosos. O controle massivo da natalidade era imposto como condição para a mudança das estruturas em vista do desenvolvimento. Os países desenvolvidos, como os Estados Unidos, impunham tal controle como condição para sua ajuda, não se importando com a pressão que exercia sobre as consciências nem com o atropelamento das características culturais dos povos. Também costumava-se atribuir o subdesenvolvimento à indolência e à cultura fechada dos ancestrais do povo⁵⁵. Certo é que a indolência, a ociosidade, a falta de previsão e de disciplina, a ignorância, as rotinas ancestrais etc. pesavam em nossos povos e os tornavam lentos para participar no desenvolvimento⁵⁶.

Outro problema era a passividade, o hábito de esperar tudo do patrão, das autoridades ou da ajuda exterior. Pesava ainda nos povos latino-americanos a religiosidade alienante, resignada e conformista. Além disso, contribuía também com o subdesenvolvimento os hábitos do “machismo”, do alcoolismo conseqüentes. Tratava-se tudo isso de “círculos viciosos da miséria”. Contudo, a causa fundamental do subdesenvolvimento não podia ser buscada nesses fatores, mas nas estruturas de exploração. Este representou, naqueles anos, uma situação de injustiça, constituindo assim uma ameaça e uma negação à paz. O subdesenvolvimento é um fenômeno causado por um conjunto de fatores ao mesmo tempo econômicos, sociais, políticos, culturais e espirituais. Tal fenômeno separava as grandes maiorias, não só dos bens materiais, mas também de sua própria realização humana. O subdesenvolvimento social era, ao mesmo tempo, causa e conseqüência do subdesenvolvimento econômico⁵⁷.

⁵⁴ Cf. Puebla, n. 71.

⁵⁵ Cf. G. GUTIÉRREZ, op.cit., p. 75-78.

⁵⁶ Cf. E. DUSSEL, op.cit., Vol. III, p. 680-682.

⁵⁷ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 35-36.

Este fenômeno foi resultado da expansão capitalista das grandes potências industriais do ocidente e da prosperidade dos setores privilegiados dentro dos países latino-americanos. Expansão e prosperidade que se apoiavam no subdesenvolvimento dos pobres.

Esta era a concepção da maioria dos sociólogos, intelectuais e universitários latino-americanos, mas de modo especial, dos grupos da esquerda e de revolucionários. Estes grupos questionavam as estruturas sócio-econômicas, apresentando propostas de mudança radical nos objetivos e nos meios, exigindo que o povo fosse o sujeito das decisões sócio-econômicas.

No mundo desenvolvido, ao contrário, se interpretava muitas vezes o subdesenvolvimento em termos puramente quantitativos, como se se tratasse apenas de um “atraso” em relação aos países desenvolvidos. Para estes, interessava prioritariamente aumentar a produção, desenvolver a tecnologia e estimular o lucro. Esta concepção escondia a ideologia neo-capitalista de tendência “desenvolvimentista”, preocupada especialmente com os meios de produção, pensando que bastaria produzir mais e melhor mediante um planejamento e tecnologia, para que o povo fosse integrado como produtor-consumidor⁵⁸.

1.1.11 Assistencialismo

Como vimos acima, na AL, as estruturas sociais, econômicas e políticas baseadas na exploração e na violência constituíam a principal causa do subdesenvolvimento.

A situação desumana das grandes majorias era produto de um sistema injusto. Por isso mesmo, mais que integrar os marginalizados numa sociedade marginalizadora, de princípios materialistas e injustos, era necessário antes mudar as estruturas desta. O assistencialismo não é viável.

Os centros de “promoção de marginalizados”, dirigidos por pessoas que não compartilhavam o desejo de mudar as estruturas da sociedade, resultavam em uma nova forma de paternalismo e dependência. Um povo marginalizado, mais que uma simples assistência, necessita de mais justiça. Sabemos que o

⁵⁸ Cf. E. DUSSEL, op.cit., Vol. III, p. 680-681.

assistencialismo não desperta a consciência do homem em todas as suas dimensões e não o estimula a lutar pela transformação das estruturas injustas⁵⁹.

1.1.12

O sistema capitalista

Concretamente, o maior responsável pela situação de pobreza do povo latino-americano entre Medellín e Puebla foi o sistema capitalista. Este sistema considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, pregava a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos meios de produção como direito absoluto, sem limites e sem obrigações sociais. Este sistema considerava o lucro como um fim e o homem como um meio, subordinando os direitos humanos aos resultados econômicos⁶⁰. O capital era visto como única fonte de direitos. A absolutização do econômico era a fonte do domínio do homem sobre seus semelhantes. O sistema capitalista, desconhecendo o valor do trabalho, acaba atropelando a dignidade do trabalhador, porque dá mais importância ao dinheiro acumulado nas mãos de uns poucos. Este sistema abre para alguns a possibilidade de enriquecer-se e de impor regras injustas. O que vale é a lei do mais forte. Na AL, o sistema empresarial correspondia a essa concepção capitalista sobre a propriedade dos meios de produção e sobre a finalidade da economia. Não assegurava o bem comum, mas sim o benefício de uma minoria. A diferença entre o que o trabalhador produzia e o que necessitava para subsistir, acabava ficando nas mãos de uns poucos⁶¹.

O capitalismo é, pois, um sistema radicalmente materialista, opressor do mundo dos pobres e dos trabalhadores. Não pôde gerar na AL um crescimento econômico de acordo com as necessidades crescentes da população.

A esperança cristã possibilitou a denúncia das estruturas de exploração que vieram à tona através de documentos vindos de grupos cristãos e organizações populares latino-americanos. A situação de miséria em que se encontravam as grandes majorias serviu de interpelação à responsabilidade social e como provocação à ação transformadora de grupos comprometidos com as causas humanitárias.

⁵⁹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 37.

⁶⁰ Sobre as relações entre ética cristã e economia, cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. III, p. 671-682.

⁶¹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 37-38.

Conscientes de seu compromisso frente a uma situação de miséria e injustiça, de opressão dos inocentes, os latino-americanos poderiam se empenhar com todas as suas forças para a mudança da situação. Para estes, de modo especial, estava em jogo sua própria relação com Deus. Trata-se de uma opção fundamental que revela a radicalidade da fé cristã. A Revelação bíblica nos demonstra a preferência de Deus pelos pobres.

A situação social vigente na AL no período entre Medellín e Puebla se caracterizou não só pela extensão da miséria humana, mas também por uma “ordem” global radicalmente injusta, edificada sobre a exploração das maiorias pobres.

O imperativo ético-religioso levou muitos cristãos latino-americanos a contribuir para o desmonte ideológico das estruturas do sistema capitalista vigente, transformando radicalmente a ordem social.

A Conferência de Puebla reconhece que o capitalismo liberal como sistema e o marxismo estão marcados pelo pecado⁶², “atentam contra a dignidade da pessoa humana”⁶³, inspiram estruturas geradoras de injustiça⁶⁴. “Ambas as ideologias (...) se inspiram em humanismos fechados a qualquer perspectiva transcendente. Uma devido a seu ateísmo prático; a outra, por causa da profissão sistemática de um ateísmo militante”⁶⁵.

1.1.13

“Imperialismo internacional do dinheiro”

Os países latino-americanos dependiam dos poderes ligados ao “imperialismo internacional do dinheiro” que fazia com que nossas riquezas naturais fossem anexadas pelos grandes consórcios imperialistas e nossa mão de obra fosse barata e explorada. Ávido de lucro, este sistema não só deixava de cooperar com o desenvolvimento dos povos, como também colocava obstáculos, quando via que a promoção humana poderia debilitar seu domínio. As inversões (aplicação ou desvio de capital para fins lucrativos), os créditos e as “doações” estrangeiras costumavam agir em detrimento dos interesses e da independência econômico-política nacionais, consolidando assim a dependência neocolonial pelo endividamento externo progressivo, pelo controle da produção e dos preços. Estes

⁶² Cf. Puebla, n. 92.

⁶³ Ibidem, n. 550.

⁶⁴ Cf. Ibidem, n. 437.

⁶⁵ Ibidem, n. 546.

eram os principais fatores de estancamento da economia dos países subdesenvolvidos⁶⁶.

Através das inversões estrangeiras, as mesmas empresas nacionais iam sendo passadas para mãos de capitalistas estrangeiros e muitas vezes para grandes consórcios internacionais. Os capitalistas estrangeiros e nacionais produziam fuga de capitais e de divisas em busca do lucro e da segurança individualista, empobrecendo ainda mais a economia dos países da AL e impedindo seu desenvolvimento. Além do mais, muitas empresas estrangeiras não pagavam impostos⁶⁷.

Os empréstimos junto aos países desenvolvidos costumavam ser condicionados a medidas econômicas e sociais de exploração dos trabalhadores, beneficiando mais aos poderosos que aos empobrecidos.

1.1.14 Relações comerciais injustas

Num mercado mundial dominado pelos países desenvolvidos, os países subdesenvolvidos deviam vender sua matéria prima sempre mais barata e comprar os produtos industriais cada vez mais caros⁶⁸. Nos encontros internacionais, o mundo desenvolvido se esquivava deste problema. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética demonstravam falta de compreensão diante dos problemas do “terceiro mundo”. Continuavam cegos em seu egoísmo ante a crescente injustiça do aumento da distância ente países cada vez mais ricos e países cada vez mais pobres⁶⁹.

Puebla tem uma visão crítica em relação à dependência econômica, tecnológica, política e cultural sofrida pelos países latino-americanos. As multinacionais se preocupavam muitas vezes somente com seus próprios interesses à custa do sacrifício dos povos subjugados⁷⁰. A luta contra esta dependência se explica pelo fato de que a riqueza de alguns causava a pobreza de muitos, aumentando a brecha entre ricos e pobres⁷¹. A pobreza como fruto do

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 44-45.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 45.

⁶⁸ Cf. Medellín, *Paz*, n. 9.

⁶⁹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 45-46.

⁷⁰ Cf. Puebla, n. 36, 1026, 1035.

⁷¹ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. II: *De Sucre à crise relativa do neofascismo – 1973-1977*, São Paulo, Loyola, 1982, p. 681.

pecado foi interpretada na Conferência de Puebla como uma “exploração causada pelos sistemas de organização da economia e da política internacional”⁷².

1.1.15 Injustiça sócio-econômica e luta de classes

Assim, o “imperialismo internacional do dinheiro” introduziu no mundo uma verdadeira luta de classes, explorando a povos inteiros. Pretendia manter pela força o sistema capitalista no mundo. Os Estados Unidos propunham o envio de armas aos regimes vigentes para sufocar a subversão, em vez de corrigir as estruturas e fomentar o desenvolvimento. Estabeleciam alianças econômicas e político-militares com as ditaduras militares, apoiando seus programas de segurança, de ordem e de modernização a serviço do sistema capitalista.

1.1.16 Distância crescente entre ricos e pobres

No interior dos países latino-americanos, as desigualdades sociais eram gritantes e injustas. As minorias privilegiadas viviam com muita ostentação, como nos países desenvolvidos e os pobres, com um salário de fome. O desperdício e o luxo dos ricos constituíam uma injustiça e um roubo dos que viviam na miséria. Acentuava-se o abismo entre ricos e pobres. O desenvolvimento econômico e tecnológico só favorecia o aumento das riquezas de uma minoria, marginalizando as grandes maiorias. Dentro de um mesmo país, se observavam desigualdades entre as regiões mais pobres e as outras mais desenvolvidas.

Puebla viu esta situação de pobreza em que viviam milhões de latino-americanos impressa no rosto de crianças que passam fome desde o ventre materno, impedidas de realizar-se por causa das seqüelas corporais e mentais irreparáveis; no rosto de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e por falta de oportunidades e capacitação; no rosto de indígenas e afro-americanos, que viviam segregados em condições desumanas, constituindo-se nos mais pobres entre os pobres; no rosto de camponeses, que viviam relegados, sem terra, em situação de dependência interna e externa, submetidos a sistemas de comércio enganadores e exploradores; no rosto de operários mal remunerados e com dificuldades de se organizar para defender seus direitos; no rosto de subempregados, desempregados submetidos a frios cálculos econômicos; no rosto de todos os marginalizados que sofriam o impacto da carência dos bens materiais

⁷² Puebla, n. 1026.

e a ostentação dos setores dominantes; no rosto dos anciãos colocados à margem da sociedade e do mercado do trabalho⁷³.

1.1.17 Distribuição injusta dos bens

Esta injustiça era verificada na distribuição das terras, dos salários e da habitação. A tributação era imposta aos assalariados e aos consumidores que sustentavam as obras públicas que deveriam estar a serviço de todos com igualdade. Os ricos davam um jeito de escapar de suas obrigações, deixando o fisco impossibilitado de prestar serviços fundamentais às maiorias de baixos recursos. As especulações dos atravessadores traziam grandes prejuízos aos pequenos produtores e aos consumidores. Os pequenos agricultores viviam como párias, sem acesso à maior e melhor parte das terras que, em outros tempos, pertenceram a seus antepassados. A estrutura da propriedade das terras agricultáveis baseada nos latifúndios era notadamente colonial. 1,5% dos proprietários de terra possuíam, na AL, 50% do solo produtivo. Outro problema era a grande quantidade de propriedades rurais ociosas, especialmente os latifúndios⁷⁴.

1.1.18 O desafio da pobreza

Para L. Boff, pobreza e riqueza, por sua própria natureza histórica, estão liadas uma à outra. As relações entre países ricos e pobres são de dependência econômica, política, ideológica e, em certos casos, até religiosa. A “salvação” dos pobres depende da lealdade aos ditames dos países desenvolvidos⁷⁵.

Como a Igreja da AL deve encarar hoje o desafio da pobreza? Primeiro, tomar conhecimento da realidade social, ouvir o clamor dos pobres e ter a coragem de se empenhar na luta pela libertação dos excluídos. Segundo, ouvir o que o Espírito vem dizendo à Igreja latino-americana, desde Medellín, inspirando-se na palavra de Deus revelada nas Sagradas Escrituras. Não foi este o espírito das grandes Conferências de Medellín e Puebla?

Diante da dura realidade do subdesenvolvimento e da pobreza em que vivem mergulhados os povos latino-americanos, a Conferência de Medellín convocou os

⁷³ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 31-39.

⁷⁴ Cf. Ibidem, p. 50-51.

⁷⁵ Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo. Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis, Vozes, 1989, p.150-152.

cristãos a se comprometerem com a construção de uma sociedade justa e solidária, onde não houvesse marginalizados nem oprimidos. Destes brota um “surdo clamor” por “uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte”⁷⁶. Este grito assumido por Medellín e mais tarde por Puebla continua repercutindo nas Conferências nacionais dos Bispos da América Latina.

Com vistas à libertação integral do ser humano, Medellín propõe que a Igreja seja autenticamente pobre, missionária, pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo e de todos os homens⁷⁷.

Por que a Igreja deve ser pobre, se a pobreza é um mal em si que deve ser denunciado? Medellín responde dizendo que o compromisso voluntário dos cristãos expressa simultaneamente a solidariedade para com os pobres e a denúncia da pobreza material como algo que desagrada a Deus. Os profetas denunciaram a pobreza como um pecado contra Iahweh. Jesus Cristo assumiu a condição de pobre para que todos tivessem vida e vida em plenitude⁷⁸. O testemunho de uma Igreja pobre pode ser considerado como denúncia da pobreza, solidariedade aos empobrecidos e reconhecimento dos outros como irmãos e irmãs.

Para Medellín e Puebla, os pobres são todos aqueles que, por razões econômicas, raciais e culturais, têm pouco ou nenhum valor na sociedade e com o agravamento da situação foram excluídos dos seus direitos humanos fundamentais. Esta condição dos pobres constitui uma interpelação à missão da Igreja que deve sempre redefinir sua tarefa diante de uma situação contrária à vontade de Deus.

1.1.19

Imperialismo ideológico e cultural

No mundo “desenvolvido”, acentuava-se a polarização ideológica que se projetava e se impunha sobre o “terceiro mundo”. Os Estados Unidos exerciam sobre a AL um imperialismo ideológico que não vacilava em passar para as intervenções militares diretas. Por medo da expansão do comunismo, julgavam-se no direito de agir como juizes e policiais do mundo. Para seu próprio interesse,

⁷⁶ Medellín, *Pobreza da Igreja*, n. 2.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*.

⁷⁸ Sobre o fundamento teológico e cristológico do tema Pobreza, cf. Medellín, *Pobreza da Igreja*, n. 4, 8, 9, 18.

propagavam a ideologia “anticomunista” ou a “defesa da civilização cristã”, a qual resultava ser tão intolerante quanto à própria comunista. Esta ideologia confundia “comunismo” ou “subversão” com toda atitude lúcida e valente em favor da justiça, assim como todo esforço de conscientização ou de “educação integral”. Qualificava de “comunistas” a todos os que apontavam que o distanciamento do mundo desenvolvido em relação ao subdesenvolvido era um problema mais grave que o comunismo, e que não se tratava tanto de “ajudar”, mas de fazer e promover a justiça⁷⁹.

O povo latino-americano era duplamente dependente: uma dependência externa em relação principalmente aos Estados Unidos e à Europa, e uma interna, relacionada às classes dominantes nacionais.

Mediante os modelos e programas educacionais importados dos Estados Unidos e da Europa, realizava-se também uma espécie de alienação cultural. Este fato teve conseqüências graves em relação às disciplinas econômicas e sociais ensinadas nas Universidades. O resultado deste fenômeno foi a fuga de intelectuais, de técnicos e de pessoal competente dos países latino-americanos para os países do primeiro mundo⁸⁰.

1.1.20 Marginalidade e segregação sociocultural

As maiorias das zonas rurais e urbanas viviam social, econômica, política, cultural e religiosamente marginalizadas da sociedade organizada⁸¹. Os setores dominantes monopolizavam os bens, os serviços e as decisões com interesses próprios. Ao dirigir-se aos camponeses colombianos, Paulo VI assim descreve esta realidade: “Sabemos que o desenvolvimento econômico e social foi desigual no grande continente da AL; e embora tenha favorecido os que o promoveram, em princípio, descuidou das massas de populações nativas, quase sempre abandonadas a um indigno nível de vida e, por vezes, tratadas e exploradas duramente”⁸².

A cultura ocidental (dominante) exercia um controle sobre as culturas populares dominadas ou alienadas. As culturas nativas (indígenas ou mestiços)

⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 46-47.

⁸⁰ Cf. Medellín, *Paz*, n. 9.

⁸¹ Cf. *Ibidem*, *Paz*, n. 2.

⁸² Paulo VI. *Discurso aos camponeses* em Mosquera, Colômbia. 23 de agosto de 1968, In: R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 51.

eram subvalorizadas pelos setores dominantes. Sua “integração”, na prática, se entendia como sua destruição. Estas “subculturas da pobreza” dependiam da cultura dominante e eram, ao mesmo tempo, excluídas pela mesma. Os preconceitos sócio-econômicos e raciais deram origem a uma verdadeira segregação e discriminação de classes sociais, raciais, culturais e econômicas. Os pobres, especificamente os camponeses humildes, os negros e os índios, eram desprezados e considerados inferiores⁸³.

Os setores dominantes eram insensíveis perante a miséria dos marginalizados. Não queriam ouvir o clamor daqueles que necessitavam de justiça e paz. Qualificavam de ação subversiva qualquer tentativa de mudança que ameaçasse seus privilégios e, com frequência, recorriam ao uso da força para reprimir drasticamente qualquer tentativa de reação⁸⁴. A situação dos marginalizados tornava-se assim cada vez mais intolerável na medida que tomavam consciência de sua situação⁸⁵.

1.1.21

Crise em algumas instituições

1.1.21.1

Legislação e administração da justiça deficientes

A ordem jurídica, a legislação e a administração da justiça perpetuavam os privilégios e a hegemonia das minorias. Não garantiam a segurança do ser humano, não o protegiam diante da arbitrariedade dos poderes. As instituições estavam infiltradas por uma mentalidade capitalista perversa que colocava os interesses individualistas acima das necessidades coletivas⁸⁶.

Na administração judicial havia privilégios e irregularidades: os pobres não eram ouvidos nas questões judiciais. Os trabalhadores acabavam sendo vítimas da tramitação burocrática, de detenções arbitrárias e de processos lentos. Nos centros policiais e penais, aplicavam a tortura. O “direito” era usado como instrumento de opressão dos indefesos e debilitados pelo sistema injusto.

⁸³ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 51.

⁸⁴ Cf. Medellín, *Paz*, n. 5 e 6.

⁸⁵ Cf. *Ibidem*, n. 7.

⁸⁶ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 51.

1.1.21.2

Democracia formal

A liberdade política, base da democracia, caía num vazio, pois não pode haver democracia quando existem desigualdades econômicas e sociais. Na AL, dominavam as oligarquias políticas, empresariais, militares e sindicais. A liberdade das maiorias era atropelada pelos privilegiados do sistema⁸⁷.

Os partidos políticos tradicionais não representavam o bem comum, mas sim interesses de certos grupos. A falta de liberdade, necessária para a organização, impossibilitava a participação do povo. Os governos consolidavam o sistema capitalista de exploração, muitas vezes com a repressão e o terror, negando até as liberdades fundamentais, como as de opinião, expressão e as de organização. Os militares, com sua ideologia da “ordem”, “segurança”, “eficácia” e “modernização”, exerciam em quase todos os países latino-americanos uma pressão permanente a serviço do colonialismo interno. Os golpes de estado e as ditaduras militares, com o pretexto da pouca representatividade ou da ineficácia dos partidos políticos, se apresentavam como “revolucionários”. Mas seu verdadeiro interesse era salvaguardar os interesses das classes privilegiadas⁸⁸.

A partir de Medellín e Puebla, é bom lembrar que a orientação da Igreja às forças armadas é a de que assumam sua função normal e específica e não esqueçam a missão de garantir as liberdades políticas dos cidadãos em vez de lhes pôr obstáculos⁸⁹.

1.1.21.3

Uma Igreja rica e distante do povo

Partindo de Medellín, primeiro vimos a situação social, econômica, política e cultural do continente latino-americano; em seguida, o despertar da consciência de muitos cristãos comprometidos com a justiça. Agora, vamos analisar o comportamento da Igreja Católica que fez da AL um “continente católico”.

A miséria e a exploração das maiorias se dão num continente cristão. Isto compromete os cristãos e a Igreja que, desde a “descoberta”, estiveram presentes no desenvolvimento ou subdesenvolvimento deste continente. A Igreja é, pois,

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, p. 53.

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 53.

⁸⁹ Cf. Medellín, *Pastoral das elites*, n. 20; Puebla, n. 1247.

solidária de todo este passado de valores e contravalores, pois viveu com nossos povos o processo de colonização, de libertação e organização⁹⁰.

As tensões internas na Igreja se devem ao fato de que nela se encontram pessoas de diferentes classes sociais. Estas tensões não foram criadas pela comunidade eclesial, mas pelas relações econômicas, políticas e ideológicas da própria sociedade. Este quadro determinava que a instituição eclesiástica ou se sujeitasse à sociedade vigente, em positiva vinculação com o Estado e com as classes dominantes, impedindo-lhe de se libertar das estruturas do *status quo*, ou, mantendo distância do Estado capitalista, se aproximasse das classes oprimidas. Estaríamos, pois, diante de dois modelos: o de Cristandade que se aproxima do Estado autoritário. Neste modelo, a Igreja define suas relações pastorais com o povo na sociedade através do Estado. Outro modelo é o da “Igreja popular” que, na linha do serviço, com o testemunho de martírio, pobreza e humildade, coloca-se solidariamente do lado dos pobres, mantendo distância do Estado⁹¹. Puebla, embora questione e aponte os riscos que este termo pode causar na compreensão da origem da Igreja, dá “sinal verde” a este modelo, quando diz que a “Igreja popular” é “uma Igreja que procura encarnar-se nos meios populares do continente e que, por isso mesmo, surge da resposta de fé que estes grupos dão ao Senhor”⁹².

Trata-se aqui daqueles setores da Igreja da AL que, ligados aos que detêm o poder econômico e político⁹³, ainda não tinham sido despertados para a verdadeira solidariedade e compromisso com os empobrecidos de nosso continente, mais preocupados com a doutrina e os dogmas de fé recebidos da tradição⁹⁴.

Em muitos casos, a hierarquia, o clero e os religiosos apresentavam a imagem de uma Igreja alienada, que desconhecia os problemas do povo. Uma Igreja incapaz de ver e ouvir os sinais dos tempos, mais preocupada com a doutrina e os dogmas de fé e desconfiada em relação às aspirações do povo latino-americano. Tinha dificuldades para entender a linguagem e as aspirações da juventude moderna. Muitos bispos tinham dificuldades em reconhecer valores

⁹⁰ Cf. *Ibidem*, Introdução, n. 2; Mensagem, p. 29.

⁹¹ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. I: *De Medellín a Sucre, 1968-1972*, São Paulo, Loyola, 1981, p. 44-46.

⁹² Puebla, n. 263.

⁹³ Cf. G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 63-64.

⁹⁴ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. I, p. 42.

cristãos em grupos não-cristãos ou em movimentos de protesto contra as injustiças sociais. A Igreja se encontrava, pois, distante dos pobres e dos trabalhadores bem como de seus problemas⁹⁵. Ela se apoiava muito na classe dominante da AL e tudo era pensado a partir da burguesia. Pedia justiça aos ricos, mas se colocava contra a organização e a luta dos trabalhadores. As comunidades religiosas mantinham-se distantes dos problemas do povo. Muitos sacerdotes, religiosos e movimentos leigos eram influenciados por uma teologia e mentalidade européias. As estruturas e instituições da Igreja absorviam desproporcionalmente os sacerdotes e religiosos impedindo sua presença entre as maiorias pobres⁹⁶.

1.1.21.4

A imagem de uma Igreja rica

A Igreja na AL projeta nas grandes maiorias uma imagem de riqueza, embora seja isto apenas uma aparência em certos casos. Muitas lideranças eclesiais e comunidades religiosas viviam num bem estar e segurança que contrastavam com a situação de pobreza das maiorias⁹⁷. Muitos bispos que falavam de justiça social e muitos cristãos “avançados” levavam um estilo de vida burguês, escandalizando os pobres.

As obras e o regime econômico da Igreja eram muitas vezes de estilo capitalista, pois exigiam muito dinheiro, convertendo-se em instituições de poder que não se colocavam a serviço do povo. As ajudas econômicas internas e externas ligadas a grupos de poder criavam necessidades artificiais⁹⁸.

O “comércio” praticado com os sacramentos, a exploração das devoções populares especialmente nos santuários constituíam muitas vezes um escândalo e contribuía para deformar a fé do povo. A construção de grandes basílicas era a marca registrada de uma Igreja triunfalista. O clero se consolava em vê-las cheias, mas não se preocupava com a formação dos leigos e de comunidades vivas. Havia uma supervalorização da propriedade, do prestígio social e do poder⁹⁹.

O fato é que a Igreja, em seu conjunto, estava distante do compromisso social. Isto contribuiu para que grupos mais sensibilizados socialmente como intelectuais, operários e estudantes universitários se distanciassem da Igreja. A

⁹⁵ Cf. Medellín, *Pobreza*, n. 2.

⁹⁶ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 180.

⁹⁷ Medellín, *Pobreza*, n. 2.

⁹⁸ Cf. Ibidem, *Pobreza*, 1.

⁹⁹ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 182-183.

partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, muitos esperavam que a Igreja mudasse sua orientação pastoral.

A Igreja se encontrava dividida em dois modelos: um, comprometido com o sistema de poder vigente; outro, optando por uma Igreja a serviço dos pobres. A presença dos pobres como elementos ativos na comunidade eclesial contribuiu para o despertar de uma nova consciência e de uma nova linguagem, que brotavam da experiência de solidariedade e de luta dos trabalhadores, levando à exigência de se romper com o sistema injusto e iníquo¹⁰⁰.

Para os cristãos latino-americanos, esta cumplicidade da Igreja com os poderosos era grave, porque neutralizava sua ação como portadora do Evangelho libertador de Jesus Cristo, contribuindo para a resignação dos oprimidos e a tranqüilidade de consciência dos privilegiados.

1.1.21.5

Assistencialismo e paternalismo nas instituições religiosas

A Igreja, mediante suas obras assistenciais, aliviava problemas individuais, mas não atacava as causas estruturais da miséria, tirando do povo o espírito de iniciativa e de solidariedade. Não apoiava suficientemente a luta do povo por uma nova ordem sócio-econômica. As obras da Igreja e das congregações religiosas que, desde a colônia, exerceram um papel civilizador e assistencial, deveriam orientar-se neste momento histórico em função da transformação da AL, no serviço de libertação e do desenvolvimento do povo, colaborando com a transformação estrutural, levando-se em conta o novo contexto sócio-cultural, secularizado e pluralista¹⁰¹.

Os grupos dominantes qualificavam de “subversiva” ou de “comunista” toda tentativa de conscientização ou de mudar o sistema social que mantinha seus privilégios. Muitas lideranças da Igreja aceitavam publicamente estas acusações dirigidas contra sacerdotes ou leigos cristãos engajados na luta do povo por uma nova ordem¹⁰².

Leigos, sacerdotes e religiosos, seguindo as orientações do Concílio Vaticano II, das Encíclicas papais, da Conferência de Medellín, do CELAM e da CLAR, denunciavam os abusos sócio-econômicos. Estes que se colocavam a

¹⁰⁰ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. I: p.45-46.

¹⁰¹ Cf. *Ibidem*, p., 189.

¹⁰² Cf. *Ibidem*, p., 190.

serviço dos pobres eram muitas vezes perseguidos por governos ditatoriais instalados em muitos países latino-americanos¹⁰³.

1.2

Resistência diante das tentativas de mudanças

1.2.1

Falta de sensibilidade dos setores favorecidos

Os setores favorecidos, geralmente conservadores, se mostravam insensíveis diante da miséria dos marginalizados, pois não questionavam as estruturas. Quando desenvolviam alguma ação social, esta era do tipo assistencial-paternalista. Os poderosos, tomados pelo egoísmo, pelo individualismo e por um subdesenvolvimento moral sem precedentes, deixavam-se dominar pelos “valores” da civilização do consumo, adestrando seus filhos a olhar com frieza a miséria das maiorias marginalizadas¹⁰⁴.

A imoralidade pública da classe dirigente e dos políticos levava o povo a desconfiar das instituições públicas. Puebla observa que “a crise de valores morais: a corrupção pública e privada, a ganância do lucro desmedido, a venalidade, a falta de esforço, a carência de sentido social, de justiça vivida e solidariedade, a fuga de capitais..., tudo isso enfraquece e até impede a comunhão com Deus e a fraternidade”¹⁰⁵.

1.2.2

Oposição às mudanças

Os setores favorecidos, para manter seus privilégios, se opunham com todos os meios às mudanças. Temiam as reformas e a penetração marxista não só por causa de seus privilégios, mas também porque significaria a quebra do único mundo que estimavam concebível e a perda de seus “valores”. Distorciam princípios cristãos, como “pessoa humana”, “liberdade”, “propriedade”, “ordem”. Qualificavam de comunista ou de “subversivo” todo esforço de conscientização e toda tentativa de mudar o sistema vigente¹⁰⁶.

O espantinho do comunismo era invocado contra todos os que descobriam as raízes materialistas do capitalismo, contra todos os que observavam que havia diversas possibilidades de socialismo, contra todos os que afirmavam que não se

¹⁰³ Cf. Medellín, *Pastoral das Elites*, 20.

¹⁰⁴ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 54.

¹⁰⁵ Puebla, n. 69.

¹⁰⁶ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 54.

tratava de ajudar de forma paternalista, senão de promover e fazer justiça ao povo. A oposição às mudanças era exercida muitas vezes através de meios violentos. Por isso, as ditaduras militares impunham, com o pretexto do anticomunismo, um verdadeiro terrorismo cultural e lavagem cerebral através das torturas¹⁰⁷.

Ao impedir as mudanças, os setores dominantes eram os verdadeiros responsáveis pelas explosões de violência revolucionária. Toda atitude contra a injustiça era logo identificada como comunismo o qual deveria ser combatido. Impedia-se assim a indispensável transformação das estruturas e das mentalidades¹⁰⁸.

1.2.3

Repressão à organização libertadora

Sobrevivendo com salários injustos, os trabalhadores eram, muitas vezes, tratados desumanamente por seus patrões. Estes, burlavam as leis trabalhistas e os governos não se comprometiam com o cumprimento das mesmas. Os empresários impediam a participação dos trabalhadores na empresa e ainda desconsideravam o direito à estabilidade no trabalho¹⁰⁹.

Puebla observa que em muitos países latino-americanos a falta de respeito à dignidade do homem se exprimia na ausência de participação sindical. A legislação trabalhista era aplicada em muitos países de forma arbitrária ou nem sequer era levada em consideração. Nos países onde predominava o regime militar, a organização de operários, camponeses e outros grupos populares era impedida com medidas de repressão. Somente os sindicatos patronais não eram impedidos de se organizar para assegurar seus próprios interesses¹¹⁰.

Os patrões impediam também a organização sindical e o direito às férias. A organização do trabalho nas fábricas dificultava o encontro e a solidariedade entre os operários, estimulando, ao contrário, o espírito competitivo¹¹¹.

As leis sindicais reduziam as possibilidades de organização operária. Os sindicatos eram colocados muitas vezes como instrumentos de dominação pelos partidos políticos ou pelas oligarquias sindicais. As autoridades costumavam

¹⁰⁷ Cf. *Ibidem*, p. 54-55.

¹⁰⁸ Cf. Medellín, *Paz*, n. 15-19, para conhecer a posição da Igreja em torno do problema da violência na AL. Cf. também R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 55.

¹⁰⁹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 55.

¹¹⁰ Cf. Puebla, n. 44.

¹¹¹ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 12 para verificar a importância e o incentivo que a Igreja dá à organização dos trabalhadores do campo e da cidade.

reprimir violentamente todo protesto. Criavam um clima de ameaça e de medo, mediante a repressão policial, prisões, além de torturas e assassinatos. As lideranças dos trabalhadores que procuravam organizar sua classe eram demitidas das empresas e incluídas nas “listas negras”, que fechavam as portas para novos empregos. Também líderes estudantis, sacerdotes e religiosos que se esforçavam no trabalho de conscientização do povo, eram perseguidos e presos. As ditaduras militares, em especial, perseguiram aos políticos, aos intelectuais, aos dirigentes populares, aos sacerdotes e religiosos que denunciavam os abusos sociais e que se colocavam a serviço da promoção dos pobres¹¹².

1.2.4

Injustiça e pecado social geradores de violência

O pecado, de acordo com o Documento de Puebla, se situa no nível histórico, estrutural e econômico. Por isso é classificado fundamentalmente como injustiça econômica¹¹³.

Os grupos que detinham o poder (social, econômico e político) impediam a participação dos demais grupos, contribuindo assim para a luta de classes. Ante a gravidade da injustiça (violência instalada) e da resistência contra as mudanças (violência repressiva), compreendia-se o surgimento da violência revolucionária. Muitos perdiam a paciência, especialmente os jovens. Mas essa violência engendrava mais violência: os regimes políticos se endureciam (ditaduras) e a tentação à violência revolucionária crescia, produzindo-se assim a “espiral da violência”: opressão-subversão-repressão¹¹⁴.

Esta situação de injustiça instalada na AL é o que se chama de “pecado social”. A miséria e a morte pelo subdesenvolvimento eram um escândalo que clamava ao céu. “Sempre haverá pobres”, porque sempre haverá pecado; mas Deus não quer a miséria assim como não quer o pecado. Este, que no emprego dos bens deste mundo, faz do homem um idólatra e um fratricida, está na raiz de toda desordem e de toda violência que se encontram nas pessoas, nos grupos e nas estruturas que exploram e marginalizam¹¹⁵.

Esta tomada de consciência fortalecia a busca de superação do pecado social. A segurança, grande ou pequena, que cada um gozava no sistema, estava

¹¹² Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 55.

¹¹³ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. III, p. 677-678.

¹¹⁴ Cf. Medellín, n. 14, 16, 17 e 20.

¹¹⁵ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 59-60.

assentada sobre o sofrimento de muitos. Por isso todos aqueles que não agiam na medida de suas forças em favor da justiça tornavam-se co-responsáveis ou coniventes com esta situação de injustiça e de pecado, expressão do “mistério da iniquidade” na história (cf. 2Ts 2,7) ¹¹⁶.

1.2.5 Egoísmo individual e coletivo

Na raiz desta situação de pecado, estava o egoísmo individual e coletivo, a falta de amor, de fraternidade e solidariedade. Os valores que imperavam eram o dinheiro, o individualismo, o egoísmo de classe, a propriedade privada, etc. A absolutização do dinheiro, do prestígio e do poder político, idolatrias rechaçadas por Jesus no episódio das tentações (cf. Mt 4,1-11), estavam na raiz da dominação do homem sobre seus semelhantes. O sistema capitalista, em particular, traía o conteúdo do cristianismo. Cristo não poderia abençoar uma estrutura que agia contra a dignidade da pessoa humana, centrada no dinheiro e nos bens materiais em benefício de uma minoria privilegiada¹¹⁷. A ética cristã diz que os que possuem mais têm a obrigação de contribuir mais com o bem comum¹¹⁸.

1.3 O despertar da solidariedade na sociedade

Sobre o pano de fundo da situação desumana até aqui descrita, se destacaram alguns fatos positivos, sinais de renovação e de esperança. Entre os setores populares, operários e camponeses, encontravam-se grandes valores humanos e evangélicos como abertura para a dimensão social, facilidade para a comunidade, ajuda fraterna etc. A passagem da família rural para a família urbana trouxe também uma série de vantagens: a família urbana costuma ser, ao mesmo tempo, mais íntima e mais aberta que a família camponesa e com responsabilidades mais partilhadas. A mulher foi descobrindo seus direitos, suas possibilidades de realizar-se como pessoa e de participar responsabilmente na vida social. A juventude começou a se apresentar como um novo corpo social, com seus próprios valores, sua própria mentalidade e dinamismo, como uma força de pressão renovadora, especialmente no caso dos universitários. De maneira geral, ela se mostrou mais sensível a valores como fraternidade, comunidade, solidariedade e justiça. Mais sensível também aos valores da personalização,

¹¹⁶ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 2; *Paz*, n. 1, 14 e 16; *Pobreza*, n. 4.

¹¹⁷ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 60 e 61.

¹¹⁸ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 2 e 3; *Paz*, n. 14; *Pastoral de conjunto*, n. 1.

criatividade, espontaneidade, autenticidade etc.¹¹⁹. Tanto na juventude quanto nos católicos mais conscientes, acentuou-se um rechaço das formas primitivas e alienantes da religião. A partir dos valores evangélicos, nascia o compromisso com a libertação dos oprimidos¹²⁰.

Quanto à situação cultural, de um lado, houve sérios esforços para abrir aos marginalizados o acesso à cultura da sociedade moderna; de outro, a sociedade começava a enriquecer-se com a contribuição dos grupos até então considerados “sem cultura”, e que traziam, entre outros valores, sua experiência e sua linguagem de solidariedade e luta de trabalhadores. Em vários países, se realizavam as reformas agrárias, que trouxeram alguns progressos importantes com vistas à situação dos camponeses. A democracia começava a avançar também em alguns países, sobretudo através dos movimentos e organizações populares, que funcionavam como instrumentos de integração nacional. Surgiram assim diversas formas de estruturas intermediárias de participação, sobretudo entre os jovens, e se foi conseguindo, não sem conflitos, uma progressiva redistribuição do poder social¹²¹.

A situação de injustiça vivida na AL levou os oprimidos a tomarem consciência de sua dignidade e responsabilidade e aspirar por uma vida mais humana. Os trabalhadores já não aceitavam ser tratados de forma paternalista ou como simples instrumentos de trabalho. Crescia o anseio por uma sociedade mais justa e a consciência do direito à participação nos avanços da ciência e tecnologia. Esta nova consciência tornava o povo mais crítico frente aos governos e a mostrar seu protesto nas urnas eleitorais. Os politíqueiros e seus respectivos partidos entravam em descrédito e começavam a ser vistos como organizações demagógicas que manipulavam o povo em sua miséria¹²².

A maioria dos camponeses permanecia ainda alienada, mas esta situação tendia a mudar, especialmente entre os jovens. Estes foram tomando consciência de que a falta de alimentos, de vestuário e de moradias decentes, de educação e acesso à saúde, são direitos dos quais estavam sendo privados¹²³. Puebla mostra

¹¹⁹ Cf. G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 90-91.

¹²⁰ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 29.

¹²¹ Cf. *Ibidem*, p. 29.

¹²² Cf. *Ibidem*, p. 71.

¹²³ Cf. Medellín, *Pastoral das Elites*, n. 21e; *Movimento de Leigos*, n. 1 e 2; *Paz*, n. 7; *Introdução*, n. 4.

que os camponeses que antes viviam alienados foram adquirindo um espírito crítico em razão da modernização dos meios de comunicação social, especialmente o rádio, os meios de transportes e o trabalho dos agentes de pastoral¹²⁴.

1.3.1 Sensibilidade e aspirações crescentes

Nos ambientes populares, existiam importantes valores como abertura, ajuda fraterna, facilidade para a vida de comunidade e disposição ao sacrifício pelos demais. São valores evangélicos e que estão em sintonia com a mensagem do Reino anunciado por Jesus e pelas primeiras comunidades cristãs. Percebia-se no povo uma aspiração à liberdade e à participação na vida econômica, social, cultural e política do país¹²⁵. Operários e camponeses aspiravam por uma mudança das estruturas que, de fato, humanizassem e dignificassem seu trabalho. Começaram a lutar para que isto realmente acontecesse¹²⁶.

Crescia entre os trabalhadores o sentimento de solidariedade, especialmente em situações difíceis. Mesmo lutando para conquistar sua propriedade, não havia um sentimento individualista entre o povo. Compartilhava-se o que se tinha. A casa não era considerada exclusiva para uma família, mas aberta aos vizinhos, aos companheiros de trabalho e às crianças do bairro. O povo despertava pouco a pouco para a responsabilidade solidária na construção de uma sociedade mais justa. Mesmo que a maioria dos trabalhadores não alcançasse uma solidariedade de ação organizada, os que conseguiam alcançar costumavam comprometer-se com uma generosidade sem precedentes¹²⁷.

Crescia também um sentimento de solidariedade internacional que ultrapassava regionalismos e nacionalismos. Uma nova solidariedade latino-americana estava nascendo: o sentido da “Pátria grande”. A AL estava despertando para a consciência de seus próprios valores e destino, para a vontade de transformação e desenvolvimento. Surgiam assim fundamentais anseios de promoção humana e religiosa, de libertação de todo tipo de escravidão, de maturidade pessoal e de integração social¹²⁸.

¹²⁴ Cf. Puebla, n. 77.

¹²⁵ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 72.

¹²⁶ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 9.

¹²⁷ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 72.

¹²⁸ Cf. Medellín, *Movimentos de Leigos*, n. 2.

A Igreja quis compartilhar estas novas aspirações dos latino-americanos, quando em Medellín, 1968, os bispos definiam-se a si mesmos como membros integrantes de um povo que começava a descobrir sua própria consciência e sua própria tarefa. Conscientes da revolução social em andamento, identificam-se com ela. Na mesma linha, sacerdotes e leigos exprimiam seu compromisso com o processo de libertação do povo ao manifestar seu compromisso com a libertação dos oprimidos, buscando uma ordem social radicalmente diferente, mais adequada à justiça e solidariedade evangélicas.

1.3.2

Os limites para as mudanças

O povo foi tomando consciência de que as grandes disparidades econômico-sociais eram tecnicamente corrigíveis, havendo portanto reais possibilidades de libertação. Esta tomada de consciência levava normalmente o povo a organizar-se. Mas a vontade de mudança permanecia passiva para a grande maioria da classe operária influenciada pelo meio. A preocupação econômica imediata não permitia para a maioria dos operários ver a urgência de uma ação coletiva para as mudanças. Em muitas organizações populares que se iniciavam, o compromisso ficava muitas vezes a um nível de reivindicações voltado para o indivíduo ou categoria e a curto prazo¹²⁹.

Entre os camponeses também se despertava a consciência da situação, mas esta era dominada pela sensação de impotência. Para muitos, a imaturidade os levava a buscar a proteção paternalista, a afastar todo esforço ou perigo, a lutar a qualquer custo por uma segurança pessoal imediata. Este fato dificultava a integração e a ação solidária, facilitando assim o abuso dos poderosos.

De outro lado, aumentava o número dos que iam tomando uma atitude revolucionária. Ao perceberem a primazia da pessoa sobre as estruturas sociais, protestavam contra todo tipo de coação, contra os abusos, contra o sistema injusto e contra a repressão. A radicalização dos protestos levava ao desejo de eliminar a classe dominante e à luta de classes¹³⁰. No plano mundial, os povos pobres da AL e do “terceiro mundo” interpelavam os opulentos, agravando as tensões que ameaçavam a paz¹³¹.

1.3.3

¹²⁹ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 72-73.

¹³⁰ Cf. Ibidem, p. 73.

¹³¹ Cf. Medellín, *Paz*, n. 9.

O despertar da juventude

Os jovens eram especialmente mais sensíveis e abertos às formas e aos valores da nova sociedade, industrial e urbana, com suas características democráticas e de sociabilidade, de pluralismo, de universalidade e de secularização. Eram também mais sensíveis aos valores humanitários, comunitários e fraternos. Cresciam entre eles a solidariedade, a criatividade, a autenticidade e a espontaneidade. Tinham, porém, dificuldades em reconhecer outros valores como os da tradição, da instituição e da autoridade¹³². A juventude em geral rejeitava a visão de mundo e o estilo de vida dos adultos. Com facilidade, descambavam para o consumismo que massifica e desumaniza.

Esta juventude recebia todo o impacto e influência dos meios de comunicação social, que supervalorizavam o dinheiro, o conforto e as ambições individualistas. Na juventude de setores privilegiados, predominavam o conformismo burguês e a indiferença pelas questões sociais.

Pensando nos problemas sociais, nacionais e internacionais, muitos jovens, especialmente da classe universitária, buscavam participar mais ativamente da sociedade, mas as freqüentes faltas de oportunidades os deixavam à margem. Restavam os protestos frente às injustiças. Reclamavam uma mudança profunda para se chegar a uma sociedade mais justa. Os protestos da juventude passavam por três níveis: primeiro, costumavam protestar diante de fatos isolados; em seguida, se organizavam e passavam a questionar o sistema (educacional e social); por último, em contato com os oprimidos, buscavam a consciência coletiva da libertação. A falta de paciência histórica fazia crescer a tentação à violência revolucionária¹³³. Muitos destes jovens, mesmo não aceitando a guerrilha nem o marxismo, viam em “Che” Guevara um grande herói, morto por uma grande causa: a da libertação dos oprimidos. Foi crescendo a mentalidade de que ser jovem é consagrar a própria vida por uma grande causa.

Outros, reprimidos pelos sistemas de governo por causa de sua inquietação com o sistema social, buscavam na Igreja um espaço de liberdade para poder expressar seus anseios de mudanças sócio-políticas. Alguns jovens pretendiam

¹³² Cf. Puebla, n. 1167-1169; 1177.

¹³³ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 73-74.

utilizar a Igreja como instrumento de contestação e havia também aqueles que, influenciados por ideologias atéias, negava e combatiam o Evangelho¹³⁴.

1.3.4

Rumo à sociedade moderna

Tendo como raiz e ponto de partida esta consciência, dava-se um passo importante rumo a uma nova sociedade, mais moderna, mais democrática e mais socializada. A sociedade crescia em suas dimensões pluralista, pluricultural e cosmopolita, onde havia uma espécie de interdependência mundial, tanto no cultural como no econômico e político. Estava dado o passo para a sociedade secularizada.

Os progressos científicos e tecnológicos aumentavam o poder do homem sobre a natureza e mudavam seu modo de vida, levando-o a uma maior especialização e interdependência. Para os setores privilegiados, nascia a civilização da abundância, ameaçada pelo materialismo, pela perda dos valores humanos e espirituais. Para as maiorias, colocava-se o problema da passagem, às vezes violenta, de uma civilização pré-técnica para uma civilização tecnológica. Especialmente na mudança do campo para a cidade, se produziam profundas mudanças nos indivíduos, nas famílias e nas comunidades locais. Surgia assim uma nova consciência social e política no povo, acentuando o conflito de gerações¹³⁵.

1.3.5

A redescoberta da dignidade humana

Houve na AL, a partir da segunda metade do século passado, um despertar da consciência sobre o pleno reconhecimento da dignidade do ser humano e de seus direitos fundamentais. Cresceu nos cristãos latino-americanos a consciência de que espezinhar a dignidade humana é o mesmo que espezinhar a dignidade do próprio Deus criador e redentor da humanidade¹³⁶.

“O amor de Deus que nos dignifica radicalmente se faz necessariamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; (...) deve tornar-se sobretudo obra de justiça para com todos os oprimidos, esforço de

¹³⁴ Cf. Puebla, 1180; cf. Medellín, especialmente os n. 3, 4 e 5.

¹³⁵ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 74-75.

¹³⁶ Cf. Puebla, n. 306, 316, 319, 320 (fundamentação doutrinal).

libertação para quem mais precisa”¹³⁷, pois “ninguém pode amar a Deus a quem não vê, se não amar o irmão a quem vê” (1Jo 4,20).

Operários e camponeses foram tomando consciência de seus direitos, aspirando participar da vida econômica, social, política e cultural como algo inerente à dignidade da pessoa humana. Esta tomada de consciência permitiu priorizar o ser humano como centro do universo e protagonista da história. Assim, ele foi se conhecendo melhor a si mesmo e se rebelando contra tudo o que tentava impedir seu desenvolvimento e liberdade. Foi ainda superando a dicotomia corpo-espírito, o que lhe permitiu a redescoberta do valor do trabalho como realização pessoal e construção de um mundo melhor¹³⁸.

1.3.6

Todos criados à imagem de Deus

A dignidade e a igualdade fundamental de todos os homens e mulheres têm origem e destino sobrenaturais. Todos foram criados à imagem e semelhança de Deus. Os sinais deste projeto criador de Deus podem ser encontrados na crescente vontade de transformação dos latino-americanos e no seu esforço em poder alcançá-la¹³⁹. As desigualdades sócio-econômicas na AL são uma negação do ser cristão. Deus não poderia ter criado dois tipos de humanidade, uma que se enriquece e outra que sofre e é empobrecida. Toda violência que fere a dignidade humana é um pecado contra Deus¹⁴⁰.

1.3.7

A natureza criada, patrimônio da humanidade

Pelo fato de Deus ter criado o ser humano à sua imagem e semelhança, significa que deu a ele o poder de cuidar da natureza e colocá-la a serviço de todos. Contrariamente à concepção e à prática do capitalismo, o direito de propriedade tem uma função intrinsecamente social. Por isso, pecam contra o bem comum aqueles que deixam improdutivos os próprios recursos, sejam eles materiais ou espirituais. Ninguém tem o direito a ter mais do que o necessário para viver. O uso deste “mais” em proveito próprio é um roubo¹⁴¹.

Na sociedade industrial, o domínio do homem sobre a natureza se exerce mediante a ciência e a técnica. Quem estiver fora deste processo fica fora da

¹³⁷ Ibidem, n. 327.

¹³⁸ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 81.

¹³⁹ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 449-457.

¹⁴⁰ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 81-82.

¹⁴¹ Cf. A. G. RUBIO, op.cit., p. 457-467.

história. Por isso, o desemprego forçado, entre outras conseqüências, atenta contra os direitos mais elementares do ser humano, isto é, o de poder contar com os meios necessários para assegurar-lhe uma existência digna e de participar na construção do mundo mediante seu trabalho¹⁴².

1.4

A necessidade de transformação da AL

Tanto na AL quanto nos demais continentes marcados pelo subdesenvolvimento, havia necessidade de uma transformação radical das estruturas sócio-econômicas e político-culturais para favorecer a libertação integral dos marginalizados. Estruturas de exploração e de violência eram as principais causas do subdesenvolvimento dos povos latino-americanos. A mentalidade capitalista estava entranhada na legislação e nas instituições. Por isso, não seria possível mudar a sociedade sem uma profunda transformação das estruturas¹⁴³.

“O desenvolvimento exige transformações audazes, profundas e inovadoras, urgentes”¹⁴⁴. As mudanças profundas de estruturas eram interpretadas pelas classes privilegiadas como “evolução gradual e pacífica” e pelos pobres como “revolução”. As revoluções são necessárias na história. Todos os poderes estabelecidos nasceram de uma revolução. Por isso, não é justo associar na AL o processo revolucionário à violência como sistema e ao ódio como conteúdo. Havia necessidade de uma transformação global que atingisse simultaneamente a todas as estruturas, conforme pensavam os economistas e sociólogos¹⁴⁵.

1.4.1

Mudanças das estruturas econômicas

Para as mudanças das estruturas econômicas na AL, era necessário começar pela reforma agrária, orientada não só para melhorar a produção, mas também para uma transformação profunda da estrutura agrária: a redistribuição da terra e do poder econômico, político e social em favor dos trabalhadores do campo¹⁴⁶.

Havia necessidade de transformar também as estruturas das empresas industriais. Em uma economia voltada para o ser humano, a empresa não se identifica com os donos do capital, por ser fundamentalmente uma comunidade de

¹⁴² Cf. Medellín, *Justiça*, n. 3 e 5.

¹⁴³ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 106.

¹⁴⁴ *Populorum Progressio*, 32. Cf. Medellín, *Paz*, n. 14b, 16.

¹⁴⁵ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 16.

¹⁴⁶ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p., 114-115.

pessoas que não podem ser propriedade de um indivíduo. Sonhava-se incorporar os trabalhadores em uma ativa participação na gestão da empresa. Estas mudanças no campo econômico exigiam também uma transformação urbana, bancária e da política de exportação¹⁴⁷.

1.4.2

Desenvolvimento integral

A mudança das estruturas econômicas contribui para um autêntico desenvolvimento que leva em conta o homem todo e todos os homens. Sem desenvolvimento econômico-social, a paz seria pura ilusão, visto que “o desenvolvimento integral do homem, a passagem de condições menos humanas para condições mais humanas é o novo nome da paz”¹⁴⁸. Ele se dá num processo global, levando-se em consideração seus aspectos demográfico, econômico, social, político, cultural e espiritual¹⁴⁹. O caminho que leva até a plena comunhão com Deus é uma exigência do novo êxodo do povo latino-americano. Na luta pela transformação, há o perigo de se expor à tentação de um crescimento puramente econômico, deixando de lado os valores humanos e os do bem estar social¹⁵⁰.

A produção poderá corresponder às necessidades reais da população e não somente às necessidades criadas ficticiamente pela propaganda interesseira de um capitalismo consumista. Assim, o desenvolvimento industrial terá que buscar não só produzir mais, mas também permitir uma melhor participação dos trabalhadores nos frutos de seu trabalho¹⁵¹.

Muitas vezes se realizam “mudanças”, “melhorias” ou “progressos” que são mais paliativos que solução. O desenvolvimento há de buscar para o ser humano não apenas “ter mais”, mas acima de tudo “ser mais”, onde o povo possa exercer melhor sua responsabilidade e iniciativa, sua liberdade e solidariedade¹⁵².

Os valores a preservar, neste processo de desenvolvimento, não são somente a competência e o lucro, mas acima de tudo a solidariedade e a justiça. O ser humano terá que ser colocado como “gestor, centro e fim de toda a vida econômico-social”¹⁵³.

¹⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 115.

¹⁴⁸ Medellín, *Paz*, n. 14a.

¹⁴⁹ Sobre o tema “Desenvolvimento”, veja a análise de João Paulo II sobre a novidade da Encíclica *Populorum Progressio*, In: *Sollicitudo Rei Socialis*, 5-10 e G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 28-32.

¹⁵⁰ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. III, p. 680-681.

¹⁵¹ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p.111.

¹⁵² Cf. João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 27-28.

¹⁵³ *Gaudium et Spes*, 63.

Na AL, o desenvolvimento exigia de todos esforço, sacrifício e desprendimento prolongados, visto que não poderia haver, como se acreditava, “milagre econômico”. O trabalho e a disciplina são fatores humanos importantíssimos para um desenvolvimento e revolução a partir do povo. Sem uma vontade deliberada e coletiva de promoção, é impossível que um país mude suas estruturas e aceite os sacrifícios que tal promoção exige¹⁵⁴.

R. Muñoz fala de um desenvolvimento global orientado para a realização do ser humano. Por isso mesmo, este desenvolvimento devia ser “integral” e “solidário”¹⁵⁵. Paulo VI já havia chamado a atenção sobre “a ação concreta em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade”¹⁵⁶. “Com o desenvolvimento deve-se buscar não só que o homem ‘tenha mais’, senão que ‘seja mais’”¹⁵⁷.

Ao tratar da questão da “noção de desenvolvimento”, Gustavo Gutierrez lembra alguns marcos importantes para a compreensão do termo “desenvolvimento”¹⁵⁸. Primeiramente aponta para a obra do economista J. A. Schumpeter¹⁵⁹ que estuda o capitalismo de “circuito estacionário”, isto é, um sistema que se repete sem a mínima possibilidade de modificações em sua estrutura. Para este economista, o elemento que rompe esse equilíbrio e introduz um novo dinamismo é a *inovação*. Esta é um fenômeno ao mesmo tempo técnico-econômico (criatividade) e político-social (dominar o meio). Schumpeter chama a esse processo *Entwicklung*, traduzido na França por “evolução”¹⁶⁰ e na AL por “desenvolvimento”¹⁶¹.

Em seguida, Gutierrez cita o economista australiano Colin Clark ao defender que o objetivo da atividade econômica não é a riqueza e sim o *bem-estar*. Colin mostra que os mais altos níveis de bem-estar são encontrados nos países industrializados. Colin trabalha com o termo “progresso”, não “desenvolvimento”,

¹⁵⁴ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 112.

¹⁵⁵ Cf. Ibidem, p. 114.

¹⁵⁶ *Populorum Progressio*, n. 5. Cf. 14, 43 e 80.

¹⁵⁷ Ibidem, 6 e 19.

¹⁵⁸ G. GUTIÉRREZ, op.cit., p. 29-30.

¹⁵⁹ Cf. *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig, 1912, citado por G. GUTIÉRREZ, In: op.cit., p. 29.

¹⁶⁰ *Théorie de l'évolution économique*, Paris, 1935, citado por G. GUTIÉRREZ, In: op.cit., p. 30.

¹⁶¹ *Teoria del desenvolvimiento económico*, México, 1957, citado por G. GUTIÉRREZ, In: op.cit., p. 30.

para falar do caminho que deveriam seguir os países pobres rumo à industrialização¹⁶².

A Conferência de Bandung realizada em 1955, desempenhou um importante papel neste processo¹⁶³. Entre os continentes participantes estavam a Ásia e a África, onde se concentra a maioria dos países do terceiro mundo. Esta Conferência foi o início de uma política que devia permitir a saída desta situação de subdesenvolvimento. Bandung representou uma profunda tomada de consciência sobre a situação de subdesenvolvimento e uma proclamação de seu caráter insustentável.

1.4.3

Condições para a Paz

Sem esta transformação, não havia condições para o estabelecimento da paz. Paz que não é simplesmente ausência de guerra, mas sim fruto da justiça. Todos almejamos a paz, mas a justiça é condição indispensável para alcançá-la¹⁶⁴.

Os cristãos latino-americanos não aceitavam uma “ordem” em que 2/3 da população permaneciam marginalizadas. Por isso, a paz é um trabalho, uma tarefa e exige uma constante mudança de estruturas, de mentalidades e de atitudes¹⁶⁵.

“A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor”¹⁶⁶.

1.4.4

Exigência evangélica de conversão

Crescia nos povos latino-americanos uma vontade de transformação e desenvolvimento. O mundo necessitava de uma grande revolução e o evangelho exigia uma conversão não só espiritual, mas também que levasse em conta a corporeidade e a sociedade; conversão de indivíduos e de povos. Havia necessidade de uma profunda mudança das mentalidades, dos costumes e das

¹⁶² The conditions of economic progress, Londres, 1940, citado por G. GUTIÉRREZ, In: op.cit., p. 30.

¹⁶³ Bandung ou Bandoeng, Indonésia, cidade de muitas indústrias têxteis e químicas, com uma população de mais de um milhão e duzentos mil habitantes (1998), foi a sede da Conferência afro-asiática realizada em 1955.

¹⁶⁴ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 107.

¹⁶⁵ Cf. Medellín, *Paz*, n. 14a, 18, 20.

¹⁶⁶ João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 39.

estruturas. O evangelho foi e continua sendo para os cristãos latino-americanos uma mística revolucionária e exige a conversão do homem inteiro: espiritual, corporal, pessoal e social¹⁶⁷. O evangelho tem sido e é ainda hoje um fermento de mudanças profundas na história da humanidade.

Para chegar-se a uma nova ordem social era necessário conscientização, mudança de mentalidade e de costumes, a conversão dos corações. Novos valores deveriam ser implantados. A ganância pelo dinheiro, o êxito individual, o egoísmo de classe, a propriedade privada e individualista, o capitalismo, deveriam ser substituídos pela dignidade pessoal, pela solidariedade comunitária, pela função social da propriedade, pela fraternidade nacional e, mais profundamente, pelo amor, pela amizade e pela contemplação. Seria isto uma grande vitória contra o pecado¹⁶⁸.

Jesus Cristo continua sendo o único libertador e é ele quem inspira a vontade do ser humano para estas mudanças estruturais. Sem ele, o homem poderia mudar todas as estruturas, mas correria o risco de continuar sendo lobo para o homem. Só Cristo liberta do pecado pessoal e social.

Por onde começar? Pela mudança das estruturas (mudança social) ou do homem (mudança moral)? O marxismo errou ao pensar que mudando as estruturas muda-se também o homem. A experiência e a fé têm mostrado que uma estrutura melhor surge a partir de um homem melhor. Para se pensar numa nova AL, libertada de todos os males, é necessário uma profunda conversão das pessoas.

Por outro lado, a mudança das estruturas cria condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento global e a libertação integral do homem latino-americano. É necessário construir uma sociedade nova que possibilite a existência de um homem novo¹⁶⁹.

1.4.5 Movimentos de conscientização e promoção humana

As mudanças de estruturas e os movimentos de conscientização se possibilitam e se apoiam mutuamente. O assistencialismo paternalista teria que ser superado a partir da luta pela promoção humana dos miseráveis. Mediante a conscientização e a promoção humana, ajudar-se-ia os marginalizados a

¹⁶⁷ Cf. Medellín, *Justiça*, n. 3.

¹⁶⁸ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 115-116.

¹⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 116.

converterem-se em povo. Os excluídos teriam que ser ajudados a tomar consciência pessoal e coletiva de sua situação, de sua dignidade e de seus direitos, bem como de sua responsabilidade. Teriam, enfim, que ser ajudados a organizarem-se. Trata-se de promover nos marginalizados um processo de personalização e socialização crescentes. Os trabalhadores e marginalizados são os agentes principais de sua promoção humana e da mudança social necessária à sua libertação integral. Os pobres converter-se-iam, portanto, em artífices de sua própria libertação e promoção, recuperando a confiança em si mesmos, instruindo-se, unindo-se, organizando-se, trabalhando na construção de seu destino, amando, entregando-se, inventando, gritando e pressionando. Com isso não se quer negar a ajuda de agentes que vêm de fora. Estes desempenham um papel apenas subsidiário¹⁷⁰.

1.5

O despertar da solidariedade na Igreja

Se, no quadro acima, pudemos perceber as sombras que caíam sobre a Igreja no mundo latino-americano em crise, agora veremos as luzes, isto é, o aspecto solidário da Igreja como instituição colocada a serviço da salvação do mundo.

A AL vivia um momento de mudanças em meio a conflitos, agitada por uma vontade de transformação e de desenvolvimento. Despertava anseios de libertação que foram sendo assumidos pela Igreja, vista pelos pobres com muita esperança¹⁷¹. Estes, tomando consciência de sua situação e possibilidades, exigiam maior participação e interrogavam o magistério eclesiástico sobre as questões sociais, especificamente no que diz respeito a seus direitos a uma vida plenamente humana¹⁷².

A vida e a atividade da Igreja são profundamente afetadas pelas transformações socioculturais da sociedade moderna, por isso, existe uma unidade profunda entre o plano salvador de Deus e as aspirações dos homens, entre a história da salvação operada por Deus e a história humana, e que a construção do Reino de Deus envolve a todos, homens e mulheres. Assim sendo, o humano, o social, o cósmico, o trabalho, a vida econômica e política têm valor em si mesmos e integram o desígnio criador-salvador de Deus sobre a humanidade¹⁷³.

¹⁷⁰ Cf. *Ibidem*, p. 116-117.

¹⁷¹ Cf. G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 97-112.

¹⁷² Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 194.

¹⁷³ Cf. *Ibidem*.

Os fatos e situações da vida dos homens e mulheres se tornam assim “sinais dos tempos” que a Igreja e os cristãos deveriam perscrutar, à luz do evangelho, para conhecer e compreender o mundo em que vivem para servi-lo melhor, para descobrir na história do povo o projeto de Deus¹⁷⁴ e para conhecer a ação salvadora de Cristo e revelá-la profeticamente¹⁷⁵.

Os “sinais dos tempos” se expressavam naquela conjuntura de miséria e na tomada de consciência das maiorias empobrecidas, nas estruturas coloniais e no clamor dos despossuídos e oprimidos¹⁷⁶.

O despertar da solidariedade continua crescendo na Igreja quando em Puebla repetidas vezes se expressa a opção pelos pobres. Aí fala-se do “compromisso da Igreja com os pobres e oprimidos”¹⁷⁷, numa “clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres”¹⁷⁸. Situando-se na linha fundamental de Medellín¹⁷⁹, Puebla afirma: “vemos, à luz da fé como um escândalo e uma contradição com o ser cristão a crescente brecha entre ricos e pobres (...) pecado social de gravidade tanto maior por dar-se em países que se chamam católicos e que têm condições de mudar”¹⁸⁰.

1.5.1

A conversão da Igreja

A Igreja latino-americana vivia um momento crítico e decisivo. Em relação à situação do povo que devia ser libertado integralmente, ela se sentia solidária nas angústias e esperanças do povo, especialmente dos pobres¹⁸¹.

Para muitos, causava estranheza o fato de a Igreja “se meter” em política. Num continente em desenvolvimento, a Igreja se empenhava em colocar-se a serviço da sociedade em evolução.

Uma Igreja profética estava nascendo mediante aqueles leigos, sacerdotes, bispos e religiosos que, progressivamente, iam tomando consciência de sua missão libertadora a partir dos pobres. Ela queria estar presente na vida do povo e

¹⁷⁴ Cf. Medellín, *Pastoral das elites*, n. 13.

¹⁷⁵ Cf. *Ibidem*, *Introdução*, n. 1, 4; *Catequese*, 6; *Movimento de leigos*, n. 13.

¹⁷⁶ Cf. *Ibidem*, *Catequese*, n. 7; *Pastoral dos leigos*, n. 2.

¹⁷⁷ Puebla, n. 911,

¹⁷⁸ *Ibidem*, n. 897.

¹⁷⁹ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. III, p. 676.

¹⁸⁰ Puebla, n. 17.

¹⁸¹ Cf. *Gaudium et Spes*, n. 1.

inserida no processo histórico, superando assim o dualismo Igreja-mundo, natural-sobrenatural, temporal-espiritual¹⁸².

O Concílio Vaticano II, a “*Populorum Progressio*”, os documentos das Conferências episcopais nacionais e latino-americanas, especialmente Medellín, comprometem a Igreja da AL numa tarefa de libertação de todo tipo de escravidão sofrida pelo povo: econômica, social, cultural e política.

Todos os cristãos são chamados para agir concretamente em favor do desenvolvimento integral e solidário de toda a humanidade. Em Medellín, a Igreja reconhece suas falhas e se compromete a converter-se. Porém, muitos bispos e sacerdotes, mesmo estando de acordo com as propostas de Medellín, temem os riscos e não se colocam inteiramente frente à nova tarefa evangelizadora; outros, não captando a profundidade e a amplitude das mudanças no continente latino-americano, preferem voltar à antiga “ordem”. E haviam aqueles grupos privilegiados de mentalidade conservadora que pensavam que o comunismo tinha se infiltrado na Igreja. O fato é que o chamado de Medellín a uma transformação profunda e rápida das estruturas econômico-sociais não encontrou nos governos e nos grupos dirigentes a acolhida necessária¹⁸³.

1.5.2

Missão da Igreja para o mundo

A Igreja, diante das mudanças sócio-econômicas, socioculturais e religiosas se via tentada ou a converter-se meramente como agente de mudança social ou voltar-se para uma função meramente espiritual¹⁸⁴.

A Igreja como sacramento da ação salvadora universal e integral de Cristo tinha uma dupla missão: não só anunciar a mensagem de Jesus Cristo e comunicar sua graça, mas também inserir o espírito evangélico na ordem temporal. Através da Igreja, Jesus Cristo continua sua ação libertadora no mundo, arrancando homens e mulheres de todo tipo de escravidão: dinheiro, miséria, ignorância, injustiça, opressão e pecado. Jesus Cristo, por sua morte e ressurreição, conduz à plenitude todas as libertações humanas¹⁸⁵.

Como anunciadora do evangelho de Jesus Cristo, a Igreja devia lutar pelos valores que dignificassem o ser humano no compromisso com seu

¹⁸² Cf. Medellín, *Pobreza*, n. 18; *Introdução*, n. 7; *Catequese*, n. 4, 17.

¹⁸³ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 196.

¹⁸⁴ Cf. G. GUTIÉRREZ, *op.cit.*, p. 65-68.

¹⁸⁵ Cf. Medellín, *Educação*, n. 9.

desenvolvimento integral e solidário. Desta maneira daria testemunho do amor de Deus aos homens. Sua autoridade devia ser exercida como serviço aos mais necessitados.

O testemunho dos cristãos que vivendo uma adesão pessoal a Cristo cooperam na construção de um mundo mais humano torna efetivo o sacramento de Cristo na Igreja.

Os leigos assumem a missão de transformar as mentalidades e estruturas da sociedade segundo o espírito do evangelho, assumindo compromissos políticos que possam contribuir para a libertação, a humanização e o desenvolvimento do povo. Este compromisso ratifica a solidariedade no trabalho da promoção humana¹⁸⁶.

1.5.3

A Igreja diante do desafio da pobreza

Para L. Boff, pobreza e riqueza, por sua própria natureza histórica, estão liadas uma à outra. As relações entre países ricos e pobres são de dependência econômica, política, ideológica e, em certos casos, até religiosa. A “salvação” dos pobres depende da lealdade aos ditames dos países desenvolvidos¹⁸⁷.

Como a Igreja da AL devia encarar o desafio da pobreza? Primeiro, tomando conhecimento da realidade social, ouvindo o clamor dos pobres e tendo a coragem de se empenhar na luta pela libertação dos excluídos. Segundo, ouvindo o que o Espírito vem dizendo à Igreja latino-americana, desde Medellín, inspirando-se na palavra de Deus revelada nas Sagradas Escrituras. Não foi este o espírito das grandes Conferências de Medellín e Puebla?

Diante da dura realidade do subdesenvolvimento e da pobreza em que vivem mergulhados os povos latino-americanos, a Conferência de Medellín convocou os cristãos a se comprometerem com a construção de uma sociedade justa e solidária, onde não houvesse marginalizados nem oprimidos. Destes brota um “surdo clamor” por “uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte¹⁸⁸. Este grito assumido por Medellín e mais tarde por Puebla continua repercutindo nas Conferências nacionais dos Bispos da América Latina.

¹⁸⁶ Cf. *Ibidem*, *Movimento dos leigos*, n. 9.

¹⁸⁷ Cf. L. BOFF, *E a Igreja se fez povo. Eclesiogenese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis, Vozes, 1989, p.150-152.

¹⁸⁸ Medellín, *Pobreza da Igreja*, n. 2.

Com vistas à libertação integral do ser humano, Medellín propõe que a Igreja seja autenticamente pobre, missionária, pascal, desligada de todo poder temporal e corajosamente comprometida com a libertação do homem todo e de todos os homens¹⁸⁹.

Por que a Igreja deve ser pobre, se a pobreza é um mal em si que deve ser denunciado? Medellín responde dizendo que o compromisso voluntário dos cristãos expressa simultaneamente a solidariedade para com os pobres e a denúncia da pobreza material como algo que desagrada a Deus. Os profetas denunciaram a pobreza como um pecado contra Iahweh. Jesus Cristo assumiu a condição de pobre para que todos tivessem vida e vida em plenitude¹⁹⁰. O testemunho de uma Igreja pobre pode ser considerado como denúncia da pobreza, solidariedade aos empobrecidos e reconhecimento dos outros como irmãos e irmãs.

Para Medellín e Puebla, os pobres são todos aqueles que, por razões econômicas, raciais e culturais, têm pouco ou nenhum valor na sociedade e com o agravamento da situação foram excluídos dos seus direitos humanos fundamentais. Esta condição dos pobres constitui uma interpelação à missão da Igreja que deve sempre redefinir sua tarefa diante de uma situação contrária à vontade de Deus.

1.5.4 Solidariedade nas pequenas comunidades

A Igreja acontece no mundo mediante comunidades concretas onde as pessoas acolhem e são acolhidas, entrando numa relação pessoal com Cristo e adquirindo uma nova forma de solidariedade¹⁹¹.

A comunidade cristã traz as seguintes características: comunidade de fé, de esperança e de caridade, que reconhece, celebra e anuncia a ação salvadora do Senhor Jesus Cristo na história da humanidade, e se compromete conscientemente com ela, testemunhando assim o amor solidário de Deus. Esta comunidade, inserida e comprometida em seu meio, é expressão da presença salvadora de Deus na história, enviada a anunciar o Reino e a fazer discípulos. Mediante estas comunidades a Igreja se faz presente no mundo, na tarefa humana e na história.

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁰ Sobre o fundamento teológico e cristológico do tema Pobreza, cf. Medellín, *Pobreza da Igreja*, n. 4, 8, 9, 18.

¹⁹¹ Cf. *Ibidem*, *Catequese*, n. 9 e 10.

Nas comunidades eclesiais de base ou nos grupos de reflexão, os leigos fazem revisão de seu compromisso confrontando a situação social com a palavra de Deus. Muitos religiosos buscam viver em pequenas comunidades, também conhecidas como fraternidades, inseridas nos meios populares para colocar-se a seu serviço, testemunhando assim o Cristo pobre¹⁹².

1.5.5

Igreja como sinal do Reino na unidade e na comunhão

A relação dialética entre Reino de Deus e o pobre é um dos temas centrais da fé e da práxis cristã, da reflexão teológica e da opção eclesial pelos necessitados. O Reino de Deus é um “já” que começou na história, dom gratuito de Deus em Jesus Cristo libertador, atualizado pela Igreja comprometida e solidária. É igualmente um “ainda não” que vem chegando, que coloca a esperança na parusia. Este Reino é uma unidade dialética de uma ação real, mas que só chegará à plenitude no porvir¹⁹³.

A Igreja presente nas comunidades torna-se sinal deste Reino mediante o testemunho de solidariedade expresso na justiça, no amor, na reconciliação, na verdade e na paz. É também sinal e instrumento de unidade e de comunhão com Deus e entre as pessoas¹⁹⁴. Uma Igreja que atualiza a ação salvadora e libertadora de Cristo através da reconciliação e unificação dos homens em um povo.

Como sinais particulares, temos a Eucaristia que expressa a essência de tudo o que há de mais solidário e fraterno entre os homens e as comunidades religiosas que atuam como fermento de unidade e de comunhão, de desprendimento e de serviço fraterno entre os homens. A solidariedade da Igreja com o mundo é condição indispensável para que se reconheça a ação solidária de Deus presente na história humana. Como sinal dos valores do Reino, a Igreja terá que trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem e na transformação das estruturas sociais injustas¹⁹⁵.

¹⁹² Cf. *Ibidem*, *Pastoral das elites*, n. 13, 14; *Movimento dos leigos*, n. 12, 13; *Pastoral de conjunto*, n. 10, 11; *Catequese*, n. 10; *Pobreza*, n. 16.

¹⁹³ Cf. E. DUSSEL, *op.cit.*, Vol. III, p. 683.

¹⁹⁴ Cf. Medellín, *Catequese* n. 10; *Pastoral popular*, n. 13; *Movimento de leigos* n. 12; *Pastoral de conjunto*, n. 9, 11.

¹⁹⁵ Cf. R. MUÑOZ, *op.cit.*, p. 204.

1.5.6

A contribuição da Igreja para a construção de uma nova sociedade

Numa atitude solidária, a Igreja deverá estar presente na libertação e no desenvolvimento, na mudança estrutural e na construção de uma nova sociedade¹⁹⁶. A participação da Igreja na transformação sócio-econômica não se dá mediante instituições próprias, mas pela presença de cristãos nas instituições e grupos da sociedade comprometidos com os marginalizados. Assim, a Igreja cumpre sua tarefa de ser fermento na massa¹⁹⁷.

No âmbito da missão solidária da Igreja, destaca-se: sua participação na construção de uma nova sociedade como ministério de salvação; sua presença na libertação e na construção do mundo com a luz de Cristo; sua contribuição com uma visão global do homem e da sociedade a partir do evangelho; sua preocupação com a libertação integral do ser humano: corpo e espírito, indivíduo e comunidade. É desta maneira que a Igreja dinamiza a utopia humana mantendo-a aberta à dimensão transcendental, libertando a política de messianismos e fanatismos¹⁹⁸.

Com a luz de Cristo, a Igreja contribui com um elemento novo para o desenvolvimento: a exigência de Deus e de seu evangelho, a esperança do Reino. Os cristãos haveriam de ser fermento do evangelho no meio do povo para comunicar, através de seu testemunho, a mística necessária para as mudanças estruturais da sociedade e desenvolvimento integral do ser humano, colocado no centro da história. Assim, a Igreja se torna inspiradora da consciência pessoal e coletiva¹⁹⁹.

A Igreja contribuirá com sua mensagem para uma tomada de consciência sobre a necessidade de diálogo entre os povos e um indispensável espírito de solidariedade internacional, servindo, na AL, de modelo e estímulo para a integração deste continente.

1.5.7

Missão profética da Igreja

Na linha dos profetas de Israel, do evangelho e da tradição, a Igreja deveria denunciar toda injustiça como contrária ao plano de Deus. Denunciar a miséria

¹⁹⁶ Cf. Medellín, *Mensagem*, p. 28-29.

¹⁹⁷ Cf. *Ibidem*, *Meios de Comunicação Social*, n. 12.

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*, *Mensagem*, p. 28-29.

¹⁹⁹ Cf. *Ibidem*, *Justiça*, n. 5.

desumanizante, fruto da injustiça. Contribuir para a defesa e promoção dos direitos humanos, sobretudo os direitos dos pobres e oprimidos, fazendo-se assim a voz dos sem voz. Pressionar os governos e as classes dirigentes na tentativa de eliminar toda injustiça e opressão. Solidária com os pobres, decide protestar contra os falsos valores da sociedade moderna que destróem o que ainda resta de valores evangélicos tradicionais. Denunciar, enfim, o sistema iníquo, a violência institucionalizada das estruturas opressoras e as raízes materialistas do sistema capitalista, os interesses egoístas e todo uso do poder em proveito próprio²⁰⁰.

Esta atitude profética da Igreja deveria estimular indivíduos e povos a converterem-se do ódio e do egoísmo, do abuso do poder e da exploração, para o amor. Estimular os cidadãos a colaborar nos planos construtivos dos governos e exercer também uma crítica responsável em função do bem comum²⁰¹.

1.5.8

Uma Igreja solidária e serva dos pobres

A Igreja latino-americana deveria comprometer-se com o povo em sua luta de libertação por independência em relação aos grupos de poder e do sistema imperante no serviço prioritário aos pobres. Evitar até a aparência de uma Aliança com o poder constituído²⁰². Esta independência é indispensável para o cumprimento de sua missão de denunciar eficazmente as injustiças e anunciar a Boa Nova aos pobres; para poder ajudar na conversão dos setores privilegiados, em uma busca de fé autenticamente cristã que os leve a questionar sua relação com os oprimidos²⁰³.

O Concílio Vaticano II resgatou a Igreja do “imperialismo internacional do dinheiro”. Na AL, a Igreja deveria manter sua independência em relação aos grandes centros de decisão internacionais e estimular a liberdade dos povos em relação às pressões das grandes potências. A Igreja não poderia ser solidária com o sistema capitalista e nem protetora das grandes propriedades nas mãos de uns poucos. Ao contrário, a Igreja, livre deste sistema iníquo, deveria priorizar o serviço aos pobres, o que poderia contribuir para sua libertação e ser um sinal de que o Reino de Deus chegou. Necessitava-se de um grande esforço para deslocar o cenário da evangelização para os meios populares a fim de melhor servir os

²⁰⁰ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 210.

²⁰¹ Cf. Medellín, *Paz*, n. 14b, 20, 22-23; *Pastoral das elites*, n. 21; *Pobreza*, n. 4-5, 10.

²⁰² Cf. *Ibidem*, *Pastoral das elites*, n. 21.

²⁰³ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 217.

pobres²⁰⁴. Se este serviço solidário for colocado a serviço dos pobres e oprimidos, a Igreja estará bem próxima daquilo que Jesus disse: *“Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me”* (Mt 25,35).

Percebemos que os cristãos latino-americanos insistiram na solidariedade da Igreja com o mundo, com a história, condição indispensável para sua missão de serviço. Para esta tarefa solidária, conta com a luz do evangelho e a força do Espírito Santo. Assim sendo, a solidariedade da Igreja com o mundo e sua história torna-se uma forma sempre renovada de rompimento com as estruturas de pecado e compromisso com o serviço libertador dos oprimidos.

1.5.8.1

Na libertação dos pobres

A Igreja, movida pela caridade de Cristo, deveria assumir voluntariamente a pobreza num compromisso de solidariedade com os pobres e no testemunho do Reino, renunciando à própria riqueza e aos privilégios. Estaria, assim, solidarizando-se com as angústias e as esperanças dos pobres²⁰⁵, correndo o risco de confiar na força do Espírito e do evangelho, não no dinheiro, no prestígio e no poder. O povo é sensível a este testemunho e o exige da Igreja²⁰⁶.

1.5.8.2

Na ação pastoral e na promoção humana

A ação pastoral da Igreja, para ser fiel ao evangelho e às decisões do Concílio, teria que ser concentrada na ação social em vista das mudanças necessárias e urgentes, para uma sociedade mais justa e fraterna. A promoção humana em favor dos pobres deveria estimular a superação do assistencialismo paternalista da Igreja e avançar na conscientização do povo na busca de seus direitos. Em sua ação pastoral, a Igreja deveria orientar o povo a tomar consciência de sua alienação cultural-religiosa. Uma autêntica evangelização liberta das superstições fatalistas, da religião alienante e do medo. A evangelização, a catequese, a pregação, deveriam alimentar a fé e o amor num compromisso responsável e solidário com a transformação e o desenvolvimento sociais²⁰⁷.

²⁰⁴ Cf. Ibidem, p. 218.

²⁰⁵ Cf. Medellín, *Pobreza*, n. 4-5, 7, 15-17.

²⁰⁶ Cf. R. MUÑOZ, op.cit., p. 217-218.

²⁰⁷ Cf. Medellín, *Educação*, n. 3; *Mensagem*, p. 32-33; *Pastoral das elites*, n. 19c.

1.5.8.3

Na ação pastoral educacional

Principalmente através dos leigos, a Igreja teria que estar presente no mundo da educação como um serviço para a libertação e para o desenvolvimento integral do ser humano²⁰⁸. Os religiosos são chamados a libertarem-se da propriedade e direção dos colégios para melhor poder servir na pastoral da educação.

As obras assistenciais da Igreja e dos religiosos deveriam ser reordenadas ou abandonadas em função da atual transformação do continente latino-americano. Num contexto cada vez mais secularizado e pluralista, todo trabalho pastoral deveria concentrar-se na libertação e desenvolvimento do povo e na necessidade de transformação estrutural em vista de uma sociedade mais justa e fraterna.

As instituições cristãs deveriam trabalhar mais na conscientização do povo. Uma das tarefas da Igreja seria reformar as escolas, colégios e universidades católicas, democratizando-as e orientando-as para uma educação libertadora. As universidades católicas, como centros de diálogo entre a teologia e as ciências, poderiam assumir a missão da Igreja como iluminadora da cultura²⁰⁹.

Conclusão

Esta situação sócio-econômica levou os cristãos latino-americanos a tomarem consciência da “situação de pecado” em que se encontrava nosso Continente. A constatação das novas aspirações do povo despertou para o reconhecimento da dignidade humana e dos sinais da ação libertadora de Cristo. A partir destes pressupostos, via-se a necessidade de transformar este Continente empobrecido. Uma vez analisada a realidade (ver), percebendo, à luz do Evangelho, do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e Puebla, as contradições e ambigüidades nela presentes (julgar), os cristãos começaram a se mobilizar em torno do enorme desafio a que foram chamados, para arrancar os homens e mulheres de sua condição de marginalizados (agir).

O Evangelho de Jesus Cristo, a experiência de fé dos primeiros cristãos, o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla, iluminam a tese de uma Igreja solidária, em vista da transformação da AL num continente melhor para todos os seus habitantes, especialmente os pobres e carentes de tudo o que é necessário para uma vida mais digna.

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*, *Educação*, n. 3, 7-9; *Mensagem*, p. 32-33.

²⁰⁹ Cf. *Ibidem*, *Educação*, n. 18-19, 21.

Toda a Igreja da AL foi chamada à conversão, colocando-se solidariamente a serviço dos excluídos, assumindo corajosamente a missão que Cristo lhe confiou: denunciar toda situação de injustiça, preparando assim o terreno para o anúncio do Reino.